

ENERGÉTICA SUAPE II S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2023

ENERGÉTICA SUAPE II S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2023

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanços patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Relatório da Administração

Prezados Acionistas,

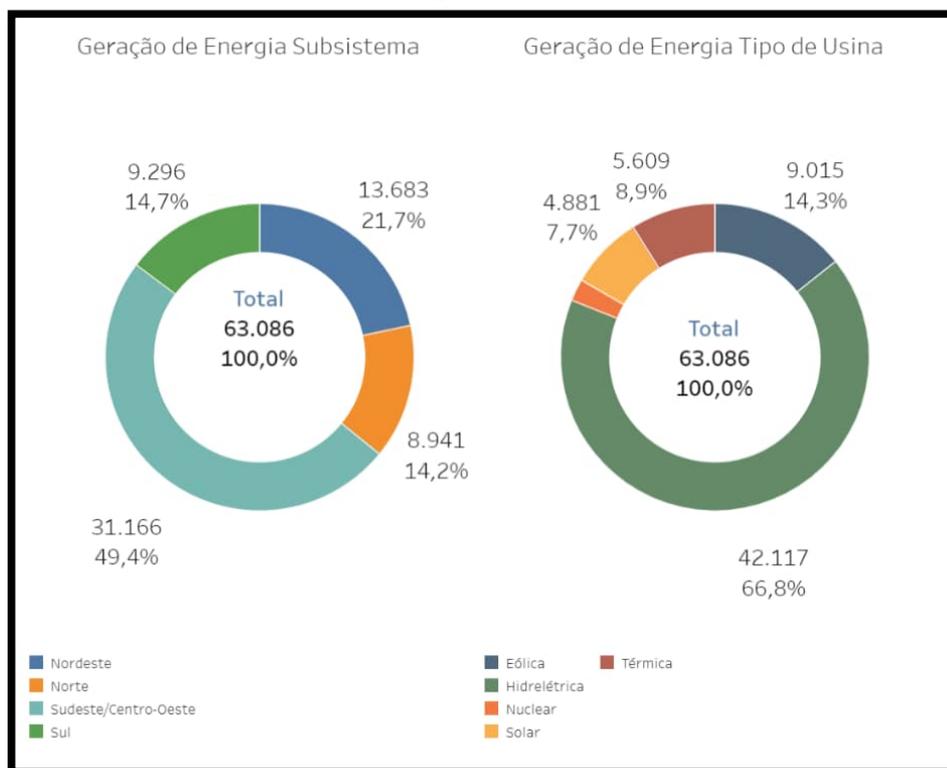
Submetemos para vossa apreciação o Relatório da administração (“RAD”) e as demonstrações financeiras da Energética Suape II S.A. (“Companhia” ou “UTE Suape II”), com o relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

A Companhia apresenta a seguir os principais fatos que ocorreram em 2023.

1 - Operacional

Os três primeiros trimestres do ano de 2023 foram marcados por uma condição energética satisfatória para o abastecimento da demanda do Sistema Interligado Nacional (“SIN”). O sistema continuou com bons índices de hidrologia e com a crescente inserção das fontes renováveis solar e eólica na matriz energética brasileira.

Gráfico 1: - Geração de Energia por Subsistema e Tipo de Usina



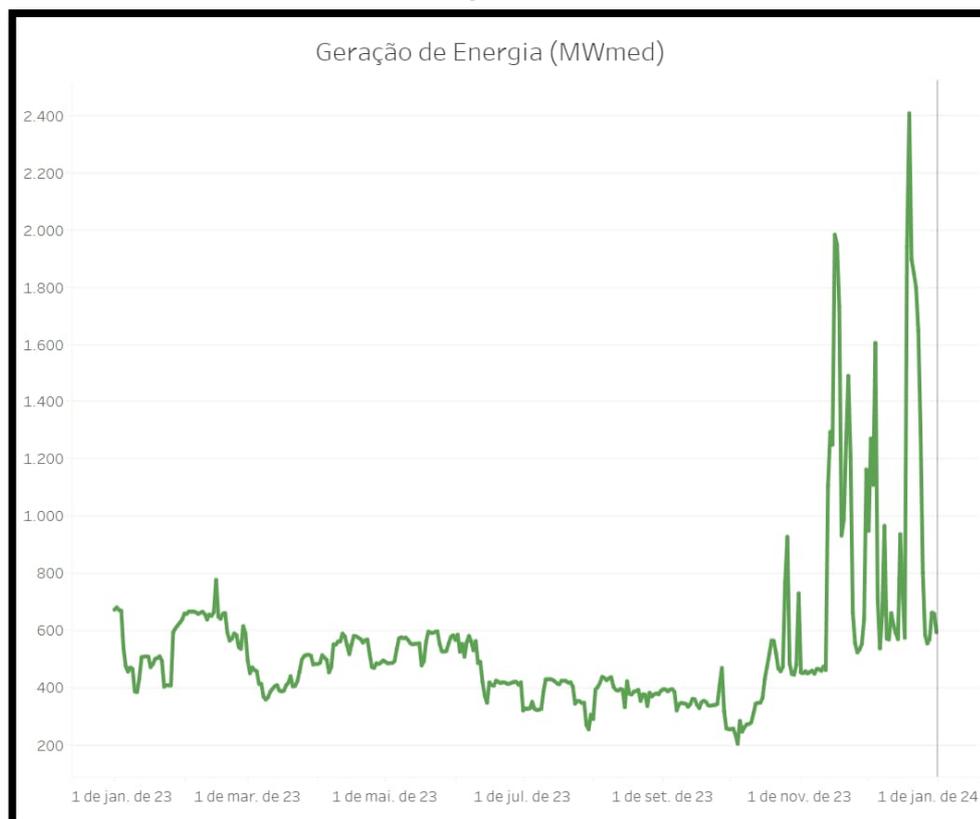
Fonte: ONS

Diante do cenário satisfatório, no período de janeiro a setembro, não houve necessidade significativa de despacho térmico no SIN, no entanto após aproximados dois anos fora de operação ativa de geração, no último trimestre do ano, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (“ONS”) solicitou o despacho da UTE Suape II juntamente com as demais usinas do parque termelétrico brasileiro com maior destaque para as usinas termelétricas do Nordeste.

A geração realizada pela Companhia nos meses de outubro a dezembro foi motivada por três principais fatores, sendo eles:

- Ocorrência acidental na torre da linha de transmissão 765 kV Ibera/Tijuco Preto provocando o seu desligamento limitando o fluxo energético no SIN.
- Manutenção em parada programa das usinas nucleares Angra I e Angra II, duas importantes usinas para o abastecimento energético do País.
- Alta demanda energética do SIN ocasionada por uma forte onda de calor experimentada em todo o Brasil, que fez com que a carga do sistema atingisse uma máxima histórica de mais de 100 GW de potência requerida.

Gráfico 2: Geração de Energia Termelétrica no Nordeste



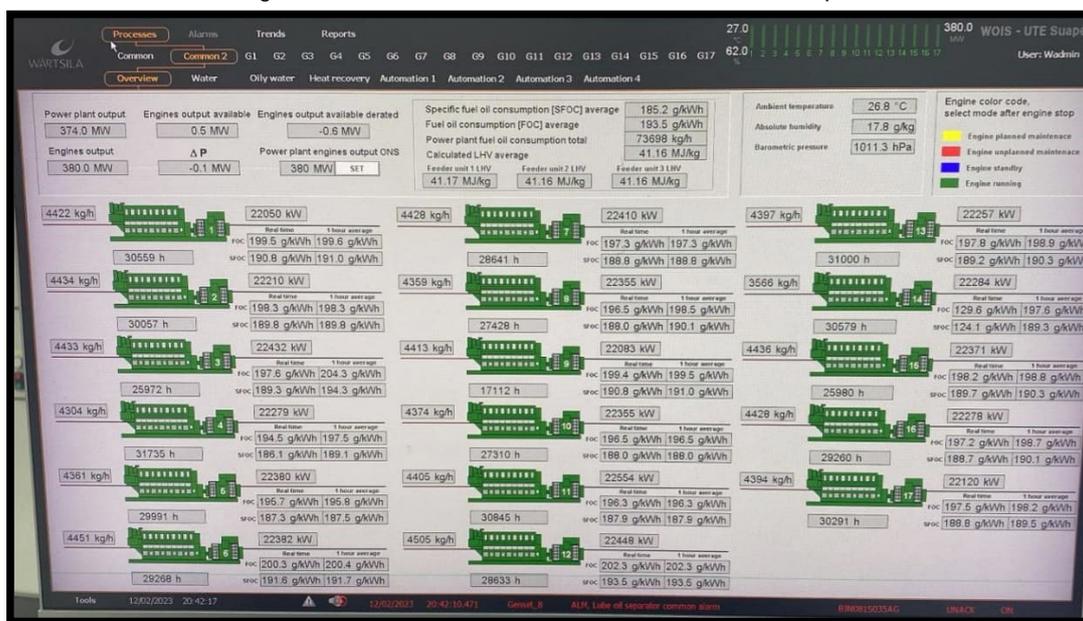
Fonte: ONS

A classificação da geração realizada pela Companhia foi predominantemente por Razões Elétricas, titulação dada quando há restrições na operação do SIN.

As atividades de Operação e Manutenção (“O&M”) se mantiveram em regime stand-by durante os meses sem geração (janeiro a setembro), momento oportuno para intensificação da realização dos planos de conservação das estruturas, edificações e sistemas operacionais da usina, além da realização das manutenções preventivas por tempo e corretivas necessárias tanto nos motores de geração, quanto nos sistemas auxiliares da usina.

Já no cenário com geração (outubro a dezembro de 2023) foram marcados pelo desafio de atender uma necessidade emergente e imprevista do SIN, onde ao longo dos períodos de geração a Companhia teve crescente resposta no atendimento as solicitações de despacho do ONS, chegando a registrar o maior desempenho de produção e eficiência da sua história, operado com 100% da sua capacidade de geração e com consumo econômico de combustível, gerando menos poluentes atmosféricos, além de contribuir efetivamente para a segurança e abastecimento energético do SIN.

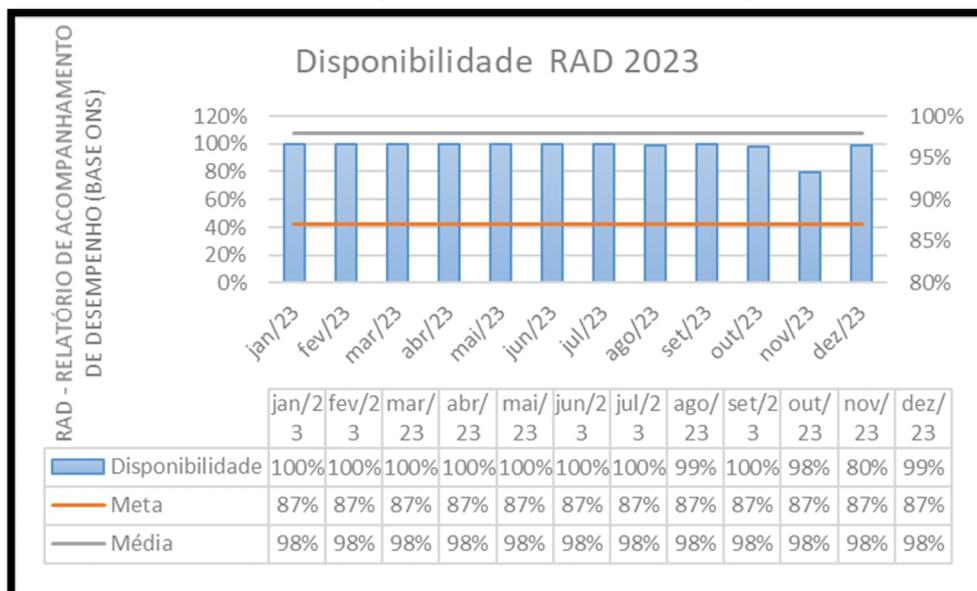
Figura 1: Visão Geração dos motores da UTE Suape II



Fonte: WOIS Wärtsilä (02/12/2023)

No quesito Disponibilidade a Companhia apresentou excelente desempenho, onde apesar da maior probabilidade de ocorrência de falhas no cenário de geração a usina registrou a mesma disponibilidade de 98% como em 2022, ano sem geração. Isso demonstra mais um indicativo de ganho de performance e eficiência da usina.

Gráfico 3: Disponibilidade Anual da UTE Suape II



Fonte: ONS

No total foram cerca de 28,9 GWh de energia produzida no ano de 2023 representando um percentual de 0,87% da capacidade anual disponível de geração da usina.

Tabela 1: Geração da UTE Suape II

Meses	Geração Bruta (MWh)	
	2023	2022
JAN	-	-
FEV	-	353,690
MAR	-	-
ABR	-	41,832
MAI	-	12,735
JUN	-	-
JUL	-	-
AGO	-	93,310
SET	-	-
OUT	1.750,281	-
NOV	14.646,030	18,155
DEZ	12.492,192	4,273
Total	28.888,503	523,995
Média mensal	2.407,375	43,666
Despacho anual	0,87%	0,02%

Fonte: UTE Suape II

2 - Segurança, Saúde e Meio Ambiente

No ano de 2023, a Companhia continuou com as ações previstas para atendimento aos requisitos normativos previstos na legislação de segurança e saúde do trabalho, cumprindo todas as exigências definidas em programas voltados para a prevenção de acidentes e doenças ocupacionais.

No ano, foram aproximadamente 282 mil horas trabalhadas com exposição a riscos, tendo como resultado uma taxa de frequência de acidentes que foi de 10.6 (2022: 8,72), resultante de três acidentes sem afastamento (para a Organização Internacional do Trabalho "OIT", uma taxa de frequência menor que 20, é considerada como muito boa – Fonte "Noções de Prevenção e Controle de Perdas em Segurança do Trabalho" - Autor: José da Cunha Tavares). Ainda assim, mesmo com a manutenção da taxa supracitada, os gestores e diretores da Companhia, tratam a questão segurança com muita diligência, seriedade e dedicação e mostram interesse genuíno por seus colaboradores, atuando constante no acultramento da força de trabalho no que tange as melhores práticas de segurança, para que acidentes e doenças do trabalho não ocorram.

Em 2023, a Companhia investiu bastante em capacitação, campanhas e eventos de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (“SMS”), principalmente com interface com a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (“CIPA”). A Companhia entende que é necessária a busca por melhorias contínuas no conhecimento de seus funcionários em relação à segurança garante um ambiente seguro e saudável, com condições adequadas, com isso o desempenho do seu colaborador cresce e, com ele, os resultados do negócio. Além de aumentar a produtividade e fortalecer a imagem da Companhia, diminui o presenteísmo, o absenteísmo e evitam-se doenças e acidentes do trabalho. Para Diretoria e Acionistas, as pessoas são os maiores patrimônios da Companhia.

No quesito prevenção e combate a incêndio, foi mantido rígido controle de todos os sistemas críticos de segurança (detecção e alarme, sistema de dilúvio, funcionamento de bombas, etc.), que foram mantidos em perfeito funcionamento, garantindo a proteção da planta, o que permitiu novamente a obtenção do Atestado de Regularidade do Corpo de Bombeiros do estado de Pernambuco sem nenhuma recomendação.

No quesito Meio Ambiente, a Companhia cumpriu com todas as condicionantes impostas pela Licença de Operação (“LO”) emitida em fevereiro de 2023 (validade até fevereiro de 2025). Todo resíduo gerado na Companhia foi destinando de forma rastreada e responsável, atendendo todas as exigências legais no âmbito estadual e federal. A Companhia tem buscado sempre reduzir a geração de resíduos pensando na minimização do impacto gerado em aterros sanitários, e quando ainda não é possível essa redução, busca-se atuar na melhor separação para que possibilite o reuso e reciclagem de materiais. Anualmente, a Companhia atualiza o PGRSI (“Programa de Gerenciamento de Resíduos Industriais”) focado nos melhores controles e registros de geração de resíduos, possibilitando análise para busca de melhores resultados nos anos seguintes.

3 - Ambiente regulatório

3.1 - Tarifa de Uso dos Sistemas Elétricos de Transmissão – Cálculo da Tarifa (ANEEL e ONS)

Em 2021 a Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) instaurou a Consulta Pública (“CP”) nº 39/2021, para obter aprimoramentos da regulação relacionada às Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão (“TUST”) e às Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição para centrais de geração conectadas em 88kV e 138kV (“TUSDg”).

Em relação ao impacto na Companhia, um dos itens de aprimoramento era a intensificação do Sinal Locacional das tarifas, de forma a assegurar maiores encargos para quem mais onera o SIN e, trazer a uniformização do tratamento tarifário independente da comercialização no ambiente livre ou regulado.

A componente locacional da TUST tem como funções principais assegurar maiores encargos para quem mais onera o SIN e otimizar o uso racional do SIN.

A metodologia até então vigente avaliava o custo de expansão de 1MW em cada barra de conexão, entretanto, a avaliação era feita dentro do submercado através do balanço de carga e geração e não refletia a realidade do SIN, que atua com crescentes intercâmbios de energia e estabilizações de tarifas de empreendimentos que se sagraram vencedores de leilão.

Dessa forma, a proposta foi alinhar alternativa anterior com uma nova metodologia que realize o balanço de carga-geração a nível nacional. Com isso, a transição aprovada pela Resolução Normativa (“REN”) ANEEL nº 1.041/2022 consiste em adotar os seguintes passos, sendo o ‘PDR’ despacho regional e o ‘PDN’ despacho nacional:

- Ciclo tarifário 2023/2024 a participação da situação PDR será igual a 90% e PDN igual a 10%;
- Ciclo tarifário 2024/2025 a participação PDR será igual a 80% e PDN igual a 20%;
- Ciclo tarifário 2025/2026 a participação PDR será igual a 70% e PDN igual a 30%;
- Ciclo tarifário 2026/2027 a participação PDR será igual a 60% e PDN igual a 40%;
- Do ciclo tarifário 2027/2028 em diante, a participação PDR será igual a 50% e PDN igual a 50%.

O Projeto de Decreto Legislativo nº 365, apresentado em novembro de 2022 que está em tramitação, aguardando aprovação do Presidente do Senado susta a REN Aneel nº 1.024, de 28 de junho de 2022, mantendo, portanto, o cálculo anterior.

Ao longo do ano de 2023, a matéria foi apreciada e aprovada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura e segue para a análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em 2024.

Importante citar em conjunto com o tema, a nova tarifa da UTE Suape II referente ao uso do sistema de transmissão para o ciclo de 2023-2024. A tarifa estabilizada do leilão finalizou, em junho de 2021 e no ciclo tarifário 2021-2022 foi calculada a nova tarifa estabilizada da Suape II (REH 2896/2021), com vigência para 10 anos, conforme estabelecia a REN ANEEL nº 559/2013, não mais vigente.

Portanto, até junho de 2031 haverá atualização da tarifa da Suape II (TUST) pelo Índice de Atualização da Transmissão ("IAT") com base na tarifa calculada. Segue quadro abaixo com os valores da tarifa para o ano de 2023-2024:

Tarifa Anterior (R\$/kW)		Tarifa Atual (R\$/kW)		MUST (kW)	EUST	Varição (%)
R\$	7,850	R\$	8,084	371.441	R\$ 3.002.729,04	2,98%

Fonte: Resolução Homologatória Nº 3.217, de 4 de julho de 2023

3.2 – Resultado da Consulta Pública nº 83/2021 para o aprimoramento da prestação e remuneração de serviços ancilares no SIN

O resultado da Consulta Pública nº 83/2021, referente ao despacho de unidades geradoras de usinas termelétricas despachadas centralizadamente, com vistas a preservar a reserva de potência operativa nas unidades geradoras hidráulicas participantes do Controle Automático de Geração ("CAG") em qualquer subsistema foi em manter a remuneração de até 130% do Custo Variável Unitário ("CVU") e, como aprimoramento, limitar as restrições operativas aos parâmetros de *Unit Commitment* utilizados no Modelo de Despacho Hidrotérmico de Curtíssimo Prazo ("DESSEM"), respeitando os parâmetros da usina.

3.3 – Monitoramento Prudencial (CCEE)

Em busca da constante evolução do monitoramento do mercado de comercialização de energia elétrica, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") propôs o monitoramento prudencial, que permite a avaliação dos níveis de alavancagem dos players do mercado e o risco sistêmico do mercado de comercialização de energia elétrica, aumentando a segurança comercial e financeira das operações. O mecanismo vem sendo aplicado desde novembro de 2023, por enquanto em período sombra, e os resultados estão sendo divulgados semanalmente na página da CCEE, no endereço <https://www.ccee.org.br/web/guest/fator-de-alavancagem>.

4 - Investimentos em P&D

A Companhia realiza investimentos em projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação ("PD&I") conforme previsto na Lei nº 9.991/2000 e nas REN ANEEL nº 74/2016, 1.045/2022 e 1.074/2023 sendo a última com entrada em vigor a partir de setembro/2023.

Os projetos selecionados passam por análise técnica de acordo as necessidades operacionais e estratégica da Companhia, que mantém prospecção contínua e recebe propostas através do e-mail ped@suapeenergia.com.br.

Maiores detalhes sobre os projetos podem ser consultados no site da Companhia: <https://www.suapeenergia.com.br>.

A Companhia também faz uso dos valores gastos em P&D para fruição dos incentivos fiscais de redução de IRPJ e CSLL previstos na Lei nº 11.196/2005 ("Lei do Bem").

Ao final de 2023 estavam em andamento e/ou aguardando aprovação junto a ANEEL os projetos demonstrados a seguir:

(Valores em Milhares de R\$)

Projeto	Código ANEEL	Início	Término (previsão)	Status	Realizado (¹)		Comprometido (²)	Total P&D
					Anos anteriores	2023		
Falha nos motores	PD-06599-0002/2013	janeiro/2014	janeiro/2017	Aprovado pela Aneel em julho/2017	1.753	-	-	1.753
Conjunto trafo harmônico	PD-06599-0003/2015	junho/2015	novembro/2019	Encerrado - Aguardando aprovação Aneel	4.197	-	-	4.197
Ultrassom	PD-06599-0004/2015	junho/2015	novembro/2019	Encerrado - Aguardando aprovação Aneel	3.535	-	-	3.535
Redes inteligentes	PD-06599-0005/2015	abril/2016	setembro/2020	Encerrado - Aguardando aprovação Aneel	2.299	-	-	2.299
Monitoramento on-line de óleo	PD-06599-0006/2016	agosto/2016	dezembro/2020	Encerrado - Aguardando aprovação Aneel	6.001	-	-	6.001
Captura de carbono (H2)	PD-06599-0007/2019	julho/2019	abril/2023	Encerrado - Aguardando aprovação Aneel	5.987	20	-	6.007
Compactador de biomassa	PD-06599-0008/2019	novembro/2019	Junho/2022	Encerrado - Aguardando aprovação Aneel	3.115	-	-	3.115
Sistema de monitoramento do trafo	PD-06599-0009/2019	novembro/2019	agosto/2022	Encerrado - Aguardando aprovação Aneel	3.638	-	-	3.638
Biodetegente	PD-07236-0009/2020	janeiro/2021	abril/2024	Pesquisa em andamento	1.059	574	98	1.731
CS Carbono	PD-05478-0201/2023	junho/2023	agosto/2025	Pesquisa em andamento	-	471	770	1.241
Sistema de Monitoramento de vapor	PD-06599-0011/2023	dezembro/2023	dezembro/2025	Pesquisa em andamento	-	-	4.674	4.674
					31.584	1.065	5.542	38.191

5 - Desempenho Econômico-Financeiro

5.1 – Indicadores empresarias

(Valores em milhares de Reais, quando aplicável)

Indicadores econômicos	2023	2022	Varição % 2023 / 2022
Receita Operacional Bruta	377.546	331.322	13,95%
Receita Operacional Líquida - ROL	337.784	296.396	13,96%
EBITDA	197.180	204.524	-3,59%
Resultado Operacional	174.570	181.965	-4,06%
Resultado financeiro líquido	(2.795)	(4.551)	-38,58%
Lucro Líquido	144.837	159.360	-9,11%

Índices de Liquidez	2023	2022	Varição % 2023 / 2022
Liquidez corrente => AC / PC	3,40	2,55	33,06%
Liquidez seca => (AC - Estoques) / PC	2,42	1,63	49,03%
Liquidez imediata => Disponível / PC	1,16	0,62	85,06%
Liquidez geral => (AC + RLP) / (PC + ELP)	1,95	1,17	66,68%
ROCE => EBIT / Capital Empregado	1,25	1,30	-4,06%
ROCE => EBIT / (Ativo Total - Passivo Circulante)	0,31	0,34	-7,63%

EBITDA	2023	2022	Variação % 2023 / 2022
Lucro Líquido	144.837	159.360	-9,11%
Depreciação e amortização	22.610	22.559	0,23%
Despesas financeiras	16.655	20.045	-16,91%
Receitas financeiras	(13.860)	(15.494)	-10,55%
Imposto de Renda e Contribuição Social	26.938	18.054	49,21%
EBITDA	197.180	204.524	-3,59%

SUAPE II - Resultado Gerencial Consolidado (DRE Gerencial)

(Valores em Milhares de R\$)	Média mensal 2023-2022	2023	2022
(+) Receita Operacional		377.682	332.508
Receita Fixa		348.477	328.193
Receita Geração		29.069	3.129
Outras Receitas (líquidas)		136	1.186
(-) Custo Operacional		(205.908)	(155.094)
Custo Fixo		(160.588)	(153.464)
Custo de Geração		(28.586)	(1.550)
Outros Custos		(16.734)	(80)
(=) Resultado Operacional		171.774	177.414
Resultado Fixo		187.889	174.729
Resultado da Geração		483	1.579
Outros Resultados		(16.598)	1.106
(-) Impostos		(26.937)	(18.054)
Imposto de Renda (IR)		(41.027)	(36.683)
Contribuição Social (CS)		(14.772)	(13.059)
Impostos Diferidos (IR/CS)		(2.753)	962
Incentivo Fiscal SUDENE		31.615	30.726
(=) Lucro Líquido do Exercício		144.837	159.360
Lucro líquido - Fixo		158.425	156.948
Lucro líquido - Geração		407	1.418
Lucro líquido - Outros		(13.995)	993
EBITDA Total		197.180	204.524

OBS: Não auditado

6 - Endividamento

Em 2023 houve uma redução de 26,46% do nível de endividamento geral com a quitação das parcelas do financiamento captado junto ao Banco Santander em agosto de 2021, dentro do cronograma de fluxo de pagamentos das parcelas semestrais até o mês de novembro de 2026.

Vale salientar que o financiamento atual foi contratado em substituição ao anterior, com taxas de juros mais atrativas, dentro da estratégia da Companhia de busca contínua de melhores condições financeiras. Também é importante destacar a redução expressiva da dívida financeira total (85,25%) e de curto prazo (43,90%) em relação a disponibilidade de caixa da Companhia.

Indicadores de Endividamento	2023	2022	Varição % 2023 / 2022
Endividamento Geral => (PC + PNC) / PL	25,01%	34,00%	-26,46%
Composição do Endividamento => PC / (PC + PNC)	52,40%	46,35%	13,05%
Dívida Financeira Líquida => Empréstimos - Disponibilidades	R\$ 9.668	R\$ 65.532	-85,25%
Dívida Financeira de Curto Prazo => Empréstimos CP / Disponibilidades	35,72%	63,66%	-43,90%

7 - Benefício fiscal de redução do IRPJ (SUDENE)

Em março de 2023, foi concedido pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste ("SUDENE") o benefício de redução de 75% do IRPJ pelos próximos 10 anos (a contar de 2023) na modalidade de modernização. Em abril de 2023, o benefício foi homologado pela Receita Federal do Brasil ("RFB"), com efeito retroativo ao início de 2023.

A obtenção do benefício está em linha com os esforços da Administração na busca constante de melhores resultados, bem como o compromisso com desenvolvimento da região de atuação da Companhia.

8 - Composição acionária

A Companhia tem por acionistas a Savana SPE Incorporações Ltda. e a Petróleo Brasileiro S.A. que detém, respectivamente, 80% e 20% de suas ações.

9 - Auditores independentes

Para o exercício de 2023, a Companhia celebrou contrato com a BDO RCS Auditores Independentes, conforme autorizado pelo Conselho de Administração. A política desta contratação adotada pela Companhia se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente.

O relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras de 2023 foi emitido sem ressalvas, referendando desta forma que as demonstrações financeiras apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

10 - Perspectivas 2024

10.1 – ONS divulga resultados do estudo do planejamento da operação para o setor elétrico até 2028

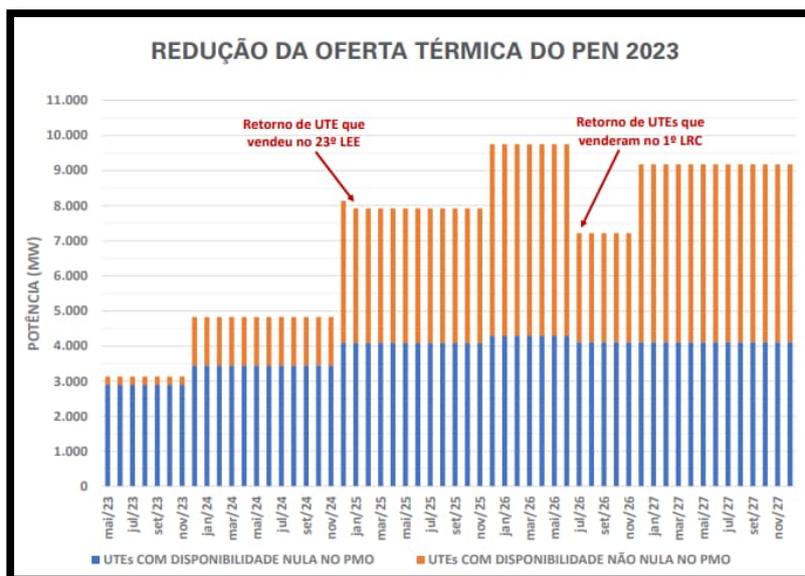
O ONS divulgou que conforme Sumário Executivo do Plano da Operação Elétrica de Médio Prazo do Sistema Interligado Nacional (“PAR/PEL 2023”), para o horizonte de 2024 a 2028, estão estimados investimentos de R\$ 49 bilhões, sendo R\$ 4,9 bilhões de novas obras e R\$ 44,1 bilhões para projetos de ciclos anteriores que estão sem outorga. Os estados com mais investimentos devem ser Maranhão (R\$ 9,9 bilhões), Goiás (R\$ 8,5 bilhões), Minas Gerais (R\$ 7,3 bilhões), Piauí (R\$ 4,7 bilhões) e Bahia (R\$ 4,6 bilhões).

O documento ressalta a complexidade crescente na gestão do equilíbrio entre oferta e demanda de carga devido ao aumento da participação de recursos energéticos renováveis altamente variáveis na matriz elétrica nacional. O ONS estima rampas de geração despachável de aproximadamente 25 GW em dias úteis já em janeiro de 2024. Isso implica na necessidade de injetar uma quantidade significativa de energia em um curto período diariamente para compensar a ausência de geração pela Mini e Micro Geração Distribuída (“MMGD”) e pela fonte solar fotovoltaica de médio/grande porte após o término da irradiação solar. Prevê-se que essa rampa aumente para 50 GW até 2028.

Ainda que haja crescente expectativa no avanço das tecnologias para aprimoramento da gestão das usinas renováveis, como por exemplo a utilização das baterias de armazenamento, que visam mitigar o efeito da volatilidade da geração solar e eólica, a grande parte das usinas instaladas no SIN dependem dos recursos naturalmente sazonais e intermitentes. Conseqüentemente, uma vez mantidas as expectativas de crescentes cargas somadas a variabilidade das usinas renováveis, há uma maior probabilidade de despacho para UTE Suape II, inclusive ao longo do ano de 2024.

O PAR/PEL 2023 ressalta ainda que os investimentos planejados na expansão do sistema de transmissão possibilitarão o escoamento total do excedente de geração do Norte/Nordeste para o Sul/Sudeste/Centro-Oeste, atendendo à carga a partir de 2029 e 2030. Esse desenvolvimento é resultado direto dos leilões de transmissão realizados em junho e dezembro de 2023, além do próximo leilão programado para 2024.

10.2 – Redução da oferta térmica

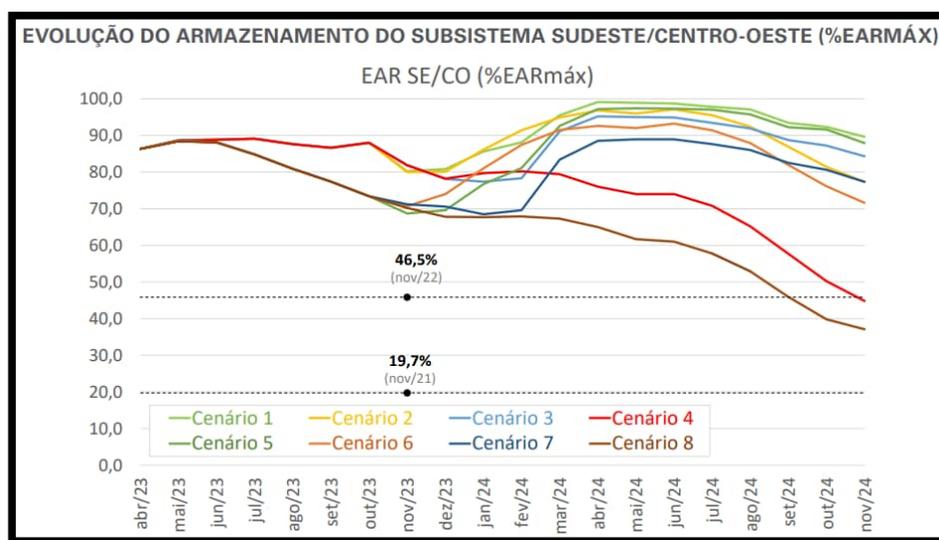


Fonte: ONS

Ao longo do horizonte do Relatório de Planejamento Energético 2023 (“PEN 2023”) existem usinas térmicas que terão seus Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (“CCEAR”) finalizados, ou ainda em situação de possibilidade de perda de subsídios do Programa Prioritário de Termelétricas (“PPT”) e término de vida útil. Tais usinas não são retiradas da oferta de geração do deck do PMO, exceto quanto se enquadram nos requisitos determinados na Regulamentação vigente. O término contratual dessas térmicas antes do período contratual da UTE Suape II, têm efeito positivo para o aumento da probabilidade de despacho devido a menor oferta de energia térmica no SIN.

10.3 – Armazenamento de energia hidráulica

Em relação ao período seco de 2024 (maio a outubro), o PEN 2023 do ONS apresenta os cenários 4 e 8, representativos de um cenário úmido predominantemente abaixo da média, conduzindo o subsistema SE/CO à redução significativa de armazenamento, atingindo, ao final de novembro de 2024, em torno de 45% no melhor destes cenários e de 37% no pior.



Fonte: ONS

Em se mantendo estes cenários, há uma probabilidade maior de despacho térmico no SIN e consequentemente o despacho da UTE Suape II, que somados as expectativas de crescimento de carga motivadas pelas recentes ondas de calor no final do ano de 2023 e com projeção de continuidade em 2024 podem trazer um ano de maior probabilidade de geração mais firme, especialmente nos horários de ponta de carga por volta das 17:00 às 22:00 horas.

10.4 – Cronograma de leilões

O Ministério de Minas Energia (“MME”) publicou a Portaria nº 57/2022 na qual estabelece o calendário dos próximos leilões. Em 2023, houve apenas o leilão de energia existente e há uma expectativa que o Leilão e Reserva de Capacidade, que não ocorreu ao final de 2023, ocorra no primeiro trimestre de 2024.

Em 2024, espera-se conforme Portaria, os leilões informados abaixo:

- Julho/2024: Leilão para Contratação de Reserva de Capacidade, na forma de energia de reserva;
- Agosto/2024: Leilões de Energia Nova “A-4” e “A-6”;
- Outubro/2024: Leilão para Suprimento aos Sistemas Isolados;
- Novembro/2024: Leilão para Contratação de Reserva de Capacidade, na forma de potência;
- Dezembro/2024: Leilões de Energia Existente “A-1” e “A-2”.

Face ao cronograma dos próximos leilões e tendo ciência da importância da usina para o SIN, a Companhia possui interesse na participação do processo licitatório para a continuidade da exploração da UTE Suape II.

Por fim, uma vez que mantidas as boas práticas e responsabilidade no cumprimento dos procedimentos operacionais, foco na manutenção e execução do planejamento de operação anual, realizando a melhoria contínua de processos e seus indicadores, a UTE Suape II finda o ano de 2023 e inicia o ano de 2024 apta e 100% disponível a cumprir com os seus compromissos contratuais, contribuindo para a segurança e o suprimento das necessidades energéticas do Sistema Interligado Nacional e obedecendo todas as regras e normas vigentes dos órgãos Operador (ONS) e Fiscalizador (ANEEL) do setor.

Cabo de Santo Agostinho, 06 de fevereiro de 2024.

A Administração

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
Energética Suape II S.A.
Cabo de Santo Agostinho - PE

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Energética Suape II S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Energética Suape II S.A., em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstrações contábeis do exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas de forma comparativa às demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiu relatório de auditoria sem modificações, datado de 18 de maio de 2023, contendo parágrafo de ênfase referente a reapresentação das demonstrações contábeis.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;



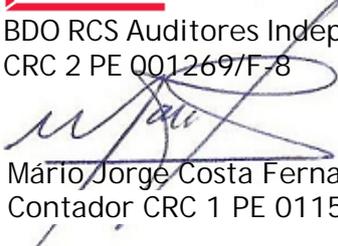
Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 06 de fevereiro de 2024.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 PE 001269/F-8



Mário Jorge Costa Fernandes
Contador CRC 1 PE 011500/O-6

ENERGÉTICA SUAPE II S.A.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota Explicativa	2023	2022		Nota Explicativa	2023	2022
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	75.937	44.979	Fornecedores	18	14.210	6.800
Contas a receber de clientes	10	76.719	44.738	Empréstimos, financiamentos e encargos	20	27.122	28.635
Estoques	11	64.184	66.927	Tributos e contribuições sociais	21	2.861	3.293
Tributos e contribuições a recuperar	12	-	1.405	Passivo fiscal corrente	21.1	13.077	7.756
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	13	2.137	7.176	P&D e taxas regulatórias	22	3.108	7.499
Despesas pagas antecipadamente	15	3.969	3.333	Provisão para honorários advocatícios	19	-	12.347
Outros créditos	14	377	15.416	Outras contas a pagar	24	5.320	5.684
		<u>223.323</u>	<u>183.974</u>			<u>65.698</u>	<u>72.014</u>
Não circulante				Não circulante			
Aplicações financeiras restritas	9	5.297	4.837	Empréstimos, financiamentos e encargos	20	58.483	81.876
Ativo fiscal diferido	21.3	1.445	4.198	P&D e taxas regulatórias	22	1.191	1.467
		<u>6.742</u>	<u>9.035</u>			<u>59.674</u>	<u>83.343</u>
Imobilizado				Patrimônio líquido			
Intangível	16	396.598	419.111	Capital social	26	139.977	139.977
	17	77	106	Reserva legal	26	27.995	27.995
		<u>396.675</u>	<u>419.217</u>	Reserva de incentivos fiscais	26	300.174	268.559
				Dividendos adicionais propostos	23.3	33.222	20.338
						<u>501.368</u>	<u>456.869</u>
Total do ativo		<u><u>626.740</u></u>	<u><u>612.226</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>626.740</u></u>	<u><u>612.226</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ENERGÉTICA SUAPE II S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2023	2022
Receita operacional líquida	28	337.784	296.396
Custo Operacional	29	(133.440)	(112.075)
Lucro bruto		204.344	184.321
Receitas e despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	29	(29.911)	(13.119)
Outras despesas operacionais	29	-	(89)
Outras receitas e despesas	29	137	10.852
Lucro antes do resultado financeiro		174.570	181.965
Despesas financeiras	30	(16.655)	(20.045)
Receitas financeiras	30	13.860	15.494
Resultado financeiro líquido		(2.795)	(4.551)
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		171.775	177.414
Imposto de renda	21	(41.027)	(36.683)
Contribuição social	21	(14.772)	(13.059)
Imposto de renda diferido	21	(2.025)	707
Contribuição social diferida	21	(729)	255
Incentivo fiscal SUDENE	21	31.615	30.726
		(26.938)	(18.054)
Lucro líquido do exercício		144.837	159.360
Lucro por ação básico e diluído atribuído aos acionistas - R\$		1,03	1,14

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ENERGÉTICA SUAPE II S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	144.837	159.360
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente	<u>144.837</u>	<u>159.360</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ENERGÉTICA SUAPE II S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Incentivos Fiscais	Dividendos adicionais propostos	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2022		139.977	27.995	237.833	51.417	-	457.222
Distribuição de lucros	23	-	-	-	(51.417)	-	(51.417)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	159.360	159.360
Destinação do lucro							
Juros sobre Capital Próprio (líquido)	23	-	-	-	-	(24.052)	(24.052)
Efeito do IRRF para fins de dividendos conforme ICPC 08	23	-	-	-	-	(4.244)	(4.244)
Dividendo mínimos obrigatórios	23	-	-	-	-	(8.107)	(8.107)
Dividendos intermediários	23	-	-	-	-	(71.893)	(71.893)
Constituição da reserva de incentivos fiscais	26.3	-	-	30.726	-	(30.726)	-
Dividendos adicionais propostos	23	-	-	-	20.338	(20.338)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		139.977	27.995	268.559	20.338	-	456.869
Distribuição de lucros	23	-	-	-	(20.338)	-	(20.338)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	144.837	144.837
Destinação do lucro							
Dividendo mínimos obrigatórios	23	-	-	-	-	(28.306)	(28.306)
Dividendos intermediários	23	-	-	-	-	(51.694)	(51.694)
Constituição da reserva de incentivos fiscais	26.3	-	-	31.615	-	(31.615)	-
Dividendos adicionais propostos	23	-	-	-	33.222	(33.222)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		139.977	27.995	300.174	33.222	-	501.368

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ENERGÉTICA SUAPE II S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Notas	2023	2022
Lucro líquido exercício		144.837	159.360
Ajustes			
Depreciação e amortização	29	22.610	22.793
Reversão amortização (projeto de P&D)	29	-	(234)
Baixa no ativo imobilizado e intangível	16 e 17	2.124	1.095
Imposto de renda e contribuição social - correntes e incentivo fiscal SUDENE	21.2	24.184	19.016
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	21.2	2.753	(962)
Atualização dos dividendos e juros sobre capital próprio	23.3	1.278	1.132
Encargos de empréstimos e financiamentos	20.1	14.188	16.356
		<u>67.137</u>	<u>59.196</u>
(Aumento)/redução dos ativos			
Contas a receber de clientes		(31.981)	98.583
Estoques		2.743	3.429
Tributos e contribuições a recuperar		1.405	(855)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		5.039	3.923
Despesas pagas antecipadamente		(636)	(684)
Outros créditos		15.039	(15.336)
		<u>(8.391)</u>	<u>89.060</u>
Aumento/(redução) dos passivos			
Fornecedores		7.410	(3.300)
Tributos e contribuições sociais		(432)	88
P&D e taxas regulatórias		(4.391)	(3.163)
Provisão para honorários advocatícios		(12.347)	-
Outras contas a pagar		(364)	(312)
Impostos pagos sobre o lucro		(18.568)	(29.778)
Juros e IOF pagos	20	(15.701)	(15.019)
		<u>(44.393)</u>	<u>(51.484)</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais		<u>159.190</u>	<u>256.132</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Resgate (aplicação) das aplicações financeiras		(3.965)	1.046
Aquisição de imobilizado	16 / 17	(477)	(1.109)
Caixa aplicado nas atividades de investimento		<u>(4.442)</u>	<u>(63)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de empréstimos e financiamentos	20	(22.462)	(22.794)
Pagamento de dividendos	23.3	(100.050)	(132.549)
Juros sobre o capital próprio pagos	23.3	-	(24.052)
Pagamento do IRRF e da atualização monetária dos dividendos e juros sobre capital próprio	23.3	(1.278)	(4.244)
Caixa aplicado nas atividades de financiamento		<u>(123.790)</u>	<u>(183.639)</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		<u>30.958</u>	<u>72.430</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		44.979	(27.451)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		75.937	44.979
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		<u>30.958</u>	<u>72.430</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1 - Contexto operacional

A Energética Suape II S.A. “Companhia” ou “UTE Suape II”) é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída com a finalidade de desenvolver, implementar, operar e explorar uma usina termelétrica movida a óleo combustível e está localizada próximo ao Complexo Portuário de Suape, Cabo de Santo Agostinho, no Estado de Pernambuco. É considerada atualmente a maior termelétrica a óleo combustível (“OCB1”) da América Latina. Está conectada ao Sistema Interligado Nacional (“SIN”) em 230kV, onde se interliga a 5,6 km com a Subestação SE Suape II da Companhia Hidroelétrica São Francisco (“CHESF”), tendo em vista fornecer a sua máxima energia disponível de maneira a compor sua significativa parcela no suprimento energético do Setor Elétrico Brasileiro, realizando um papel importantíssimo para o país, em especial a Região Nordeste, onde está localizada.

A UTE Suape II sagrou-se vencedora do leilão de energia nova A-5 de 2007, tendo início da sua operação comercial em 24 de janeiro de 2013 e finalização do seu Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (“CCEAR”) previsto para 31 de dezembro de 2026, com outorga de autorização até 2043, através da Portaria Autorizativa MME 217/2008. Por meio da Resolução ANEEL nº 2.656/2010, ampliou sua potência instalada para 381,255MW (17 unidades geradoras x 22,425 MW) e em 03/2016 teve sua garantia física revisada de 265,4 MW para 269,1 MW, conforme Portaria MME 046/2016.

Em 2023 a UTE Suape II operou 0,87% da sua capacidade total disponível, este percentual correspondeu a geração efetivamente realizada no período de outubro a dezembro. Ao todo foram aproximadamente 28,9 GWh de energia gerada. O Operador Nacional do Sistema Elétrico (“ONS”) despachou a usina por Razões Elétricas, onde os principais motivadores foram:

- (a) Onda de calor que provocou um aumento na carga do Sistema Interligado Nacional (“SIN”) em mais de 100 GW;
- (b) Parada para manutenção das usinas Angra I e Angra II;
- (c) Ocorrência acidental em torre de linha de transmissão no Sudeste.

A dinâmica da operação e manutenção (“O&M”) foi predominantemente em regime *stand-by*, onde a planta pôde intensificar os planos de conservação dos seus sistemas e estruturas operacionais de forma a assegurar a qualidade no abastecimento de energia elétrica ao SIN sempre que solicitado.

A Companhia registrou 98% de disponibilidade conforme indicador preliminar do Relatório de Avaliação de Desempenho da Manutenção da Rede de Operação (“RAD”). Esse percentual de disponibilidade é 11% maior do que o mínimo exigido pelo ONS que é de 87%. O resultado alcançado consolida a constante busca pela melhoria e eficiência da usina e seus sistemas operacionais através do esforço assertivo empregado pelo time de colaboradores da Companhia.

A dinâmica esperada para o ano de 2024 está previamente orientada por um período de maior carga devido a continuidade da onda de calor no país como apontam os especialistas, que somada a intermitência da geração eólica e solar, abrem margem para maior probabilidade de despacho para as usinas térmicas e, conseqüentemente, maior probabilidade de solicitação de geração para a Companhia por parte do ONS.

2 - Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A Companhia também se utiliza por boa prática e de forma espontânea e não obrigatória, das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico ("MCSE") e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 06 de fevereiro de 2024.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia, estão apresentadas na Nota Explicativa nº7.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 - Moeda funcional e base de mensuração

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 - Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

A Companhia entende que não há impactos relevantes decorrentes de julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2023 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota Explicativa nº 16 – Ativo imobilizado: Teste de valor recuperável dos ativos imobilizados, considerando a avaliação entre a estimativa da vida útil, o valor residual econômico dos ativos e sua geração de caixa.

Nota Explicativa nº 21.3 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados; e principais premissas em relação aos valores recuperáveis;

Nota Explicativa nº 25 - Contingências - Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;

Nota Explicativa nº 31 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco - principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

Informações adicionais sobre premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na Nota Explicativa nº 31 (Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos).

5 - Mudanças nas principais políticas contábeis

Não houve alterações nas principais políticas contábeis em 2023.

6 - Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

7 - Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

7.1 - Moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

7.2 - Receita de operações com energia elétrica

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica. Segue abaixo as receitas operacionais que a Companhia reconhece, em conformidade com o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente.

Receita de energia elétrica no ambiente regulado

As receitas decorrem de contratos de fornecimento de energia elétrica, sendo parcela mensal fixada em contrato e variável, cujo valor é definido mensalmente no momento do reconhecimento, de acordo com a demanda requerida pelo Operador Nacional do Sistema - ONS. A receita variável pela venda de energia elétrica é reconhecida mensalmente por medição equivalente ao volume de energia transferido para o cliente.

Receita energia elétrica no ambiente de comercialização livre

Na operação de contratação em ambiente livre, a Companhia tem o direito de reconhecer a receita de venda de energia pelo valor do MWh (determinado pela oferta e procura do mercado no momento da operação). A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia elétrica tanto no mercado regulado como também no mercado livre.

A Companhia não realizou operações de venda de energia elétrica no ambiente livre em 2023. No exercício de 2023 as operações no ambiente livre foram decorrentes da “operação de lastro” oriunda de uma penalidade regulatória (não atendimento da Garantia Física prevista – Decreto nº 5164/2004, art. 2º, I, §º e art. 3º. §1º e clausula 5.7 dos CCEARs). O efeito líquido da operação está demonstrado na Nota Explicativa nº 29.

7.3 - Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor. São classificadas a custo amortizado e estão registrados pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras, apurados pelo critério *pro rata*, que equivalem aos seus valores de mercado.

7.4 - Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Receita de aplicações financeiras;
 - Receita de juros;
 - Despesas de juros;
- Tributos sobre ganhos financeiros; e
- Ganhos/perdas líquidas de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

As receitas e despesas de juros são reconhecidas no resultado pelos juros efetivos. A Companhia classifica a despesa de juros como fluxos de caixa das atividades operacionais.

7.5 - Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

A Companhia determinou que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e, portanto, foram contabilizados de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

A Administração da Companhia conduziu análises referente ao ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro referente aos tratamentos fiscais que poderiam gerar incertezas na apuração dos tributos sobre o lucro, acessando seus consultores legais e não identificou tratamentos que potencialmente poderiam expor a Companhia a riscos materialmente prováveis de perda. A Administração da Companhia avaliou que nenhuma das posições relevantes adotadas pela Companhia sofreu alteração quanto ao julgamento da probabilidade de perdas geradas por eventuais questionamentos por parte das autoridades tributárias.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(iii) Despesas de Imposto de renda e contribuição social diferidas

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos em relação a diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação.

Os ativos tributários diferidos são reconhecidos por prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários não utilizados e diferenças temporárias dedutíveis na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base em planos de negócios da Companhia e a reversão de diferenças temporárias. Os ativos fiscais diferidos são revisados em cada data do balanço e são reduzidos na medida em que não é mais provável que o benefício fiscal relacionado seja realizado; tais reduções são revertidas quando a probabilidade de lucros tributáveis futuros melhorar.

Os ativos de impostos diferidos não reconhecidos são reavaliados em cada data de balanço e reconhecidos na medida em que se tornou provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser utilizados.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

7.6 - Subvenções governamentais (Lucro da exploração)

As subvenções governamentais decorrentes de incentivos fiscais são registradas no resultado do período, como redução do imposto apurado, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais. A parcela do lucro decorrente desses incentivos fiscais é objeto de destinação à Reserva de Lucro denominada Reserva de Incentivos Fiscais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei nº 6.404/1976, a qual somente é utilizada para aumento do capital social ou eventual absorção de prejuízos.

Em 2013, a Companhia passou a apurar o Lucro da Exploração, que é um benefício fiscal regional que tem por objetivo incentivar as operações de Companhias localizadas na região da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste ("SUDENE"), por meio da redução de 75% do IRPJ, inclusive adicionais não-restituíveis, pelo prazo de 10 anos (até o final do exercício de 2022).

Em março de 2023, foi aprovada a concessão de um novo pleito na modalidade de modernização, para os próximos 10 anos, a contar de 2023, conforme Laudo Constitutivo nº 0024/2023. Em abril de 2023, o benefício foi homologado pela Receita Federal do Brasil ("RFB"), através do Ato Declaratório Executivo DRF/NAT nº 97/2023.

7.7 - Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Plano de saúde médico, incentivo educacional e esportivo e participação nos resultados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas ou custos conforme o serviço relacionado seja cobrado. A Companhia não possui acordos de pagamentos baseados em ações, planos de contribuição definida, planos de benefício definidos ou qualquer outro benefício de longo prazo a empregados.

7.8 - Estoques

O custo dos estoques é baseado no custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes, os quais são ajustados por provisão, quando aplicável.

O estoque de combustíveis, peças de reposição e consumíveis está detalhado na Nota Explicativa nº 11.

As peças de reposição passam por análise anual de giro, sendo reclassificadas para o ativo imobilizado (Nota Explicativa nº 16), quando cabível.

7.9 - Imobilizado

(i) *Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e perdas na redução do valor recuperável (*impairment*), se aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, utilizando o método linear baseado nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, as quais são revisadas periodicamente e aceitas pelo mercado como uma estimativa adequada para efeitos contábeis e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens. A Administração considera a intenção em participar de novos leilões para renovar o contrato de autorização e por isso considera a vida útil econômica dos ativos alinhada às taxas atualmente praticadas. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

7.10 - Intangível

(i) Reconhecimento e mensuração

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, como utilização de softwares. São mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

(ii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam.

(iii) Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado nas taxas anuais estabelecidas no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico ("MCPSE"), elaborado pela ANEEL, as quais são revisadas periodicamente e aceitas pelo mercado como uma estimativa adequada para efeitos contábeis e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

A amortização é reconhecida no resultado.

7.11 - Instrumentos financeiros

7.11.1 - Ativos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento *significativo*) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado (“VJR”), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
 - Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
 - O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente, o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

7.12 - Passivos financeiros

Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Passivos financeiros

A Companhia não reconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também não reconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No não reconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

7.13 - Capital social

O capital social está representado por ações ordinárias. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. A Companhia não emitiu ações preferenciais ou outro tipo de título patrimonial que tenha a possibilidade de conversão em ações ordinárias.

Quando proposta pela Companhia, a remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio com base nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia.

7.14 - Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito, quando aplicável, sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e
- Ativos de contrato.

Quando aplicável, a Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

- As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato, quando aplicáveis, são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*).

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito.

As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

Quando aplicável, a provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

(ii) Ativos não financeiros

Os ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou o seu valor em uso.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa ("UGC"), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGC.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGC são alocadas para redução do valor contábil dos ativos da UGC (ou grupo de UGC) de forma *pro rata*.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

7.15 - Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos relacionados a causas judiciais são provisionados por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis.

7.16 - Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06 (R2).

Como arrendatário - Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

Como arrendador

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços independentes. A Companhia não possui nenhum ativo arrendado, seja ele financeiro ou operacional.

7.17 - Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance).

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis.

A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

7.18 - Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41 - Resultado por Ação.

7.19 - Dividendos

De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. De acordo com o CPC 24 - Evento Subsequente e o ICPC 08 (R1) - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, apenas os dividendos mínimos obrigatórios podem ser provisionados. Já os dividendos declarados ainda não aprovados só devem ser reconhecidos como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de "Dividendos Adicionais Propostos", em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras.

8 - Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Caixa e bancos	161	21
Aplicações financeiras - Certificados de depósito bancário (CDB)	29.928	40.873
Aplicações financeiras - Letras Financeiras (LF)	45.848	4.085
Total de caixa e equivalentes de caixa no balanço patrimonial	<u>75.937</u>	<u>44.979</u>

Incluem numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo, com liquidez imediata, remunerados ao Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"). No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, as aplicações apresentaram rendimentos médios entre 98% e 103,5% do CDI nas principais aplicações: CDB/LF Itaú, CDB ABC, CDB Santander e CDB BNB (2022 98% e 103% do CDI). O saldo de bancos no final de 2023 contempla, o valor da Garantia CCT (R\$ 139) resgatado automaticamente pelo Banco Brasil (vide Nota Explicativa nº 9.b)

O significativo aumento dos valores aplicados deve-se a receita de geração do último trimestre do ano ((Nota Explicativa nº 28) com um custo financeiro de combustível reduzido, devido a utilização do estoque existente (Nota Explicativa nº 11a)

9 - Aplicações financeiras restritas

Instituição financeira	Modalidade	Ref.	Vencimento	Indexador	2023	2022
Banco do Nordeste do Brasil	Garantia CCG	(a)	31/12/2026	98% do CDI	5.297	4.697
Banco do Brasil S/A	Garantia CCT	(b)	31/12/2026	94% do CDI	-	140
Total das aplicações financeiras restritas					<u>5.297</u>	<u>4.837</u>

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

- (a) Corresponde à aplicação em CDB firmada com o Banco do Nordeste do Brasil – BNB, por meio do Contrato Conta de Garantias (“CCG”). O saldo a ser mantido representa o montante de pelo menos um mês da TUST, conforme previsto no Anexo VI da Resolução ANEEL nº 1.316/2012.
- (b) Corresponde à conta de administração às garantias do Contrato de Conexão e Transmissão com a CHESF (“CCT - CHESF”). O montante aplicado representa uma parcela do contrato, conforme previsto na cláusula 54 do CCT-CHESF. Em 2023 foi efetuado pelo Banco o resgate automático do valor aplicado, encerrando o exercício com o valor da garantia na conta corrente, que será aplicado novamente em 2024.

10 - Contas a receber de clientes

	2023	2022
Contas a receber de clientes (a)	15.281	2.068
Valores a faturar (b)	57.282	38.411
Liquidação no mercado de curto prazo (c)	4.147	3.476
Venda de óleo usado e sucata	9	-
Outros valores a receber	-	783
Total de contas a receber	<u>76.719</u>	<u>44.738</u>

- (a) O montante contabilizado no contas a receber em 2023 refere-se a 1/3 das receitas fixa e de geração do mês de novembro de 2023. O saldo de 2022 corresponde ao saldo residual da parte da parcela fixa do mês de novembro. Na data de aprovação das presentes Demonstrações Financeiras, não há saldo a receber de clientes de valores faturados relativo ao exercício de 2023.
- (b) Referem-se às parcelas fixa e de geração (somente para o exercício de 2023) não faturadas conforme Contratos de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEAR”). A receita correspondente as operações no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”) dos respectivos exercícios e liquidadas em janeiro do ano seguinte.

	2023	2022
Valores a faturar (NOV)	15.056	9.603
Valores a faturar (DEZ)	42.226	28.808
Total de valores a faturar	<u>57.282</u>	<u>38.411</u>

- (c) A liquidação no mercado de curto prazo (“MCP”) é referente a recuperação de energia elétrica (“lastro”) adquirida pela Companhia no mercado de curto prazo e o seu recebimento ocorre no 5º dia útil do segundo mês subsequente ao faturamento. A variação entre os períodos é decorrente da redução do Preço de Liquidação das Diferenças (“PLD”) vigente (R\$ 84,40 p/MWh - novembro de 2023 e R\$ 55,70 p/MWh - novembro de 2022). Os volumes adquiridos em 2023 e 2022 foram, respectivamente, de 46,02 MW médios e 49,87 MW médios.

Riscos de crédito e de mercado e perdas por redução ao valor recuperável

A Companhia não possui histórico de perdas efetivas por redução ao valor recuperável relacionadas ao Contas a receber de clientes e outros recebíveis. A inadimplência atual referente a liquidação no Mercado de Curto Prazo (“MCP”), sendo liquidada no prazo de 90 dias.

A exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado e perdas por redução ao valor recuperável relacionadas ao ‘Contas a receber de clientes’, está divulgada na Nota Explicativa nº 31.

11 - Estoques

	Ref.	2023	2022
Estoque de combustíveis	(a)		
Combustíveis para geração de energia		35.062	36.533
Estoque de peças			
Segurança / mínimo	(b)	20.972	22.121
<i>Overhaul</i>	(b)	2.997	1.455
Garantia	(c)	4.251	4.820
Em poder de terceiros	(d)	-	1.238
		28.220	29.634
Outros estoques			
Consumíveis		902	760
Total dos estoques		64.184	66.927

Os estoques da Companhia são essencialmente insumos ou materiais a serem consumidos ou transformados no processo de geração de energia. Eles são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. A mensuração dos estoques inclui também qualquer redução ao valor realizável líquido desses ativos. O método de avaliação dos estoques de insumos é o custo médio.

- (a) O saldo em estoque de combustível refere-se ao óleo combustível B1 (“OCB1”), diesel e lubrificantes. O volume de OCB1 em estoque é definido de acordo com expectativa de geração, havendo uma capacidade máxima de tancagem nos tanques próprios para 5 dias de geração. A variação do saldo é decorrente principalmente do consumo interno para aquecimento da planta em *stand by*, tendo em vista o baixo volume de geração em 2023.
- (b) Estoque de peças críticas essenciais para a segurança operacional da Companhia, sendo composto por peças eletrônicas e mecânicas para utilização e reposição nas operações de manutenção realizadas.
- (c) Estoque de peças patrimoniais recebidas em garantia para substituição de peças danificadas e manutenção de *overhaul*.
- (d) Peças em poder de terceiros para recuperação, destinadas as manutenções preventivas/corretivas das Unidades Geradoras (“UGs”) e auxiliares.

Com relação aos itens “b”, “c” e “d”, anualmente é realizada análise do giro das peças e feita a reclassificação entre estoque (curto prazo) e ativo imobilizado (longo prazo) (Nota Explicativa nº 16a) quando cabível.

12 - Tributos e contribuições a recuperar

	Ref.	2023	2022
IRPJ a compensar	(a)	-	1.405
Total de tributos e contribuições a recuperar		-	1.405

(a) Saldo negativo IRPJ ano-calendário 2022 compensado em 2023.

13 - Pesquisa e Desenvolvimento – P&D

	Ref.	2023	2022
Projeto Captura de carbono (H2)	(a)	-	5.987
Projeto Biodetergente	(b)	1.634	1.059
Projeto CS Carbono	(c)	471	-
Serviços em curso	(d)	32	130
Total de projetos de P&D em andamento		2.137	7.176

Conforme regulamentação estabelecida no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (“PROP&D”) da ANEEL, as empresas geradoras de energia elétrica destinam 1% de sua Receita Operacional Líquida (“ROL”) para Pesquisa e Desenvolvimento (“P&D”). Desse percentual, 40% são destinados para projetos de P&D e em eficiência energética de escolha da Companhia (1). Esses projetos são submetidos a avaliação da ANEEL que, ao final, emite parecer sobre a aprovação de acordo com a normas previstas no PROP&D.

(1) A partir de abril de 2021, 30% do montante apurado passou a ser recolhido diretamente para o Ministério de Minas e Energia (“MME”), através da Conta de Desenvolvimento Energético (“CDE”).

No final de 2023, a Companhia tinha 3 projetos em andamento e 1 aprovado junto a ANEEL e sete em fase de análise e/ou aprovação junto a ANEEL.

Projeto	Código ANEEL	Início	Término	Status
Falha nos motores	PD-06599-0002/2013	janeiro/2014	janeiro/2017	Aprovado pela Aneel em julho/2017
Conjunto trafo harmônico	PD-06599-0003/2015	junho/2015	novembro/2019	Encerrado - Aguardando aprovação Aneel
Ultrassom	PD-06599-0004/2015	junho/2015	novembro/2019	Encerrado - Aguardando aprovação Aneel
Redes inteligentes	PD-06599-0005/2015	abril/2016	setembro/2020	Encerrado - Aguardando aprovação Aneel
Monitoramento on-line de óleo	PD-06599-0006/2016	agosto/2016	dezembro/2020	Encerrado - Aguardando aprovação Aneel
Captura de carbono (H2)	PD-06599-0007/2019	julho/2019	abril/2023	Encerrado - Aguardando aprovação Aneel
Compactador de biomassa	PD-06599-0008/2019	novembro/2019	Junho/2022	Encerrado - Aguardando aprovação Aneel
Sistema de monitoramento do trafo	PD-06599-0009/2019	novembro/2019	agosto/2022	Encerrado - Aguardando aprovação Aneel
Biodetergente	PD- 07236-0009/2020	janeiro/2021	abril/2024	Pesquisa em andamento
CS Carbono	PD-05478-0201/2023	junho/2023	agosto/2025	Pesquisa em andamento
Sistema de Monitoramento de vapor	PD-06599-0011/2023	dezembro/2023	dezembro/2025	Pesquisa em andamento

(a) Captura de Carbono (código ANEEL PD-06599-0007/2019): desenvolvimento de novo dispositivo, para uso em motores de grande porte a óleo OCB1, capaz de transformar os gases poluentes de escape provenientes das cadeias de carbono em gases não tóxicos. A pesquisa foi concluída e atualmente está aguardando a aprovação da ANEEL.

- (b) Biodetergente (código ANEEL PD-07236-0009/2020): projeto de pesquisa e desenvolvimento em fase de cabeça de série (cooperado), visando o aumento da escala de produção dos biodetergentes com características de biodegradabilidade e ausência de toxicidade capazes de limpar de forma rápida e eficiente os resíduos oriundos de petroderivados, tais como OCB1, diesel, óleo lubrificante e graxas, impregnados em peças, pisos e máquinas das usinas. A pesquisa ainda está em andamento, com término previsto para abril de 2024.
- (c) CS Carbono (código ANEEL PD-05478-0201/2023): Projeto complementar ao de Captura de Carbono (item "a"). Nesta nova fase serão aperfeiçoados os dispositivos para ciclo diesel dentro da fase cabeça de série para aplicação de hidrogênio na assistência a combustão de OCB1 e diesel. A pesquisa iniciou em junho/2023 e tem término previsto para abril de 2024.
- (d) Atividades relacionadas com a gestão do programa de P&D, contemplando a elaboração de relatórios para a ANEEL em formatos pré-determinados nos manuais vigentes. Nesta atividade, está inclusa a dedicação horária da equipe de gestão para realizar as demais atividades previstas no projeto de gestão, como interação com outras empresas e instituições para viabilizar parcerias e cooperação, inclusive, o controle físico, financeiro, contábil e jurídico dos projetos em execução na empresa.
- (e) Sistema de monitoramento de vapor (código ANEEL PD-06599-0011/2023): sistema de monitoramento e controle inteligente para sistemas de vapor industrial necessários para manutenção de temperatura de motores a combustão e de óleo combustível nas usinas termelétricas. O sistema parte da criação de modelos de adaptação climática baseados no estudo termodinâmico dos sistemas de aquecimento e suas demandas em cada condição ambiente e dos sistemas de aquecimento. A aplicação de fontes de energias disponíveis na planta será gerida de modo a avaliar melhor o valor em termos ecológico e econômico, garantindo, assim, maior benefício sob o aspecto da descarbonização, como também de economia para a usina. O projeto iniciou-se em dezembro de 2023, porém sem desembolso financeiro, e tem término previsto para dezembro de 2025.

Maiores detalhes sobre os projetos podem ser consultados no site da Companhia: <https://www.suapeenergia.com.br/>

14 - Outros créditos

	Ref.	2023	2022
Vibra Energia S.A	(a)	223	14.443
Petroleo Brasileiro S.A.	(b)	-	849
Fornecedores diversos		142	110
Adiantamento de férias		12	14
Total de valores a receber		<u>377</u>	<u>15.416</u>

- (a) Refere-se aos valores a receber, suportados pela Companhia, decorrente do excedente de ICMS-ST cobrados nas notas fiscais emitidas pela Petrobrás S.A. Base SUAPE, para a Vibra Energia S.A. (antiga Petrobras Distribuidora) no tocante as compras de óleo combustível B1 ("OCB1") para produção de energia elétrica. Sendo a Companhia beneficiária, em conformidade com a Lei nº 15.615/2015, desde 1º de outubro de 2015, de redução na base de cálculo do imposto, nas operações de compra de OCB1 para utilização como insumo na UTE Suape II, de forma que a carga tributária resultasse em 7%, restou reconhecido pela Vibra Energia S.A. o excedente de tributação havido no início da vigência da Lei nº 15.615/2015, tendo a Companhia autorizado/legitimado a Vibra Energia S.A. a proceder a restituição junto ao fisco pernambucano para fins de devolução dos valores para a Companhia, que reconhecidamente suportou o encargo.

Diante deste cenário, quando da aquisição do produto pela Companhia foi registrado como custo do combustível todo o ICMS destacado nas notas fiscais de compra de OCB1, da mesma forma que antes desta Lei.

O mérito foi julgado procedente em segunda instância no TATE – Tribunal Administrativo Estadual de Pernambuco (processo 01.043/22-6 / SEFAZ 2017.000000647209-47), não cabendo mais recursos. Em agosto/2023 foi ressarcido o montante total de R\$ 15.124 sendo constituído de R\$ 9.022 (principal), R\$ 5.422 de atualização monetária reconhecida até dez/2022 e R\$ 680 de atualização monetária em 2023.

O saldo de 2023 (R\$ 226) refere-se a adiantamento para compra regular de óleo combustível (OCB1).

(b) Parcela do IRF sobre o Juros sobre o Capital Próprio de 2022, paga indevidamente a acionista, sendo devolvido em janeiro de 2023.

15 - Despesas antecipadas

	Ref.	2023	2022
Prêmio de seguros	(a)	3.969	3.333
Total de despesas antecipadas		<u>3.969</u>	<u>3.333</u>

(a) Parcelas a apropriar de despesas com seguro de Riscos Nomeados e Operacionais (2023 - R\$ 3.879; 2022 – R\$ 3.332), Riscos ambientais (2023 - R\$ 90) e veículos (2022 - R\$ 1), contratados pela Companhia elencados na Nota Explicativa nº 32.

16 - Ativo imobilizado

Por natureza, os valores dos ativos imobilizados estão compostos da seguinte forma:

	Ref.	Terrenos	Máquinas e equipamentos	Edificações	Veículos	Móveis e utensílios	Imobilizado em curso	Peças sobressalentes (a)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2022		9.978	297.091	103.823	115	308	-	27.192	438.507
Aquisição		-	458	4	592	-	50	-	1.104
Reclassificação do estoque	(b)	-	-	-	-	-	-	3.123	3.123
Reclassificação do intangível		-	27	-	2	1	(30)	-	-
Baixa	(c)	-	(2)	-	(87)	-	-	(1.006)	(1.095)
Depreciação		-	(17.787)	(4.664)	(48)	(29)	-	-	(22.528)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		<u>9.978</u>	<u>279.787</u>	<u>99.163</u>	<u>574</u>	<u>280</u>	<u>20</u>	<u>29.309</u>	<u>419.111</u>
Aquisição		-	30	78	-	4	365	-	477
Reclassificação do estoque	(b)	-	-	-	-	-	189	1.526	1.715
Transferência		-	205	-	-	11	(195)	(21)	-
Baixa	(c)	-	-	-	-	-	-	(2.124)	(2.124)
Depreciação		-	(17.798)	(4.666)	(85)	(32)	-	-	(22.581)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		<u>9.978</u>	<u>262.224</u>	<u>94.575</u>	<u>489</u>	<u>263</u>	<u>379</u>	<u>28.690</u>	<u>396.598</u>
Custo total		9.978	494.764	140.220	1.123	816	905	37.325	685.131
Baixas		-	(3.639)	(127)	(118)	(133)	(526)	(8.635)	(13.178)
Depreciação acumulada		-	(228.901)	(45.518)	(516)	(420)	-	-	(275.355)
Saldo contábil (líquido) em 31 de dezembro de 2023		<u>9.978</u>	<u>262.224</u>	<u>94.575</u>	<u>489</u>	<u>263</u>	<u>379</u>	<u>28.690</u>	<u>396.598</u>
Depreciação anual média em 2023 - %		-	3,60	3,33	14,28	6,25	-	-	3,30

- (a) Dentre os ativos mencionados acima, a Companhia possui peças sobressalentes, peças de reposição, ferramentas e equipamentos classificados no grupo do imobilizado. Conforme o Pronunciamento Técnico CPC nº 27 – Ativo Imobilizado, esses materiais serão utilizados nas manutenções corretivas das máquinas e equipamentos do ativo imobilizado da Companhia e são essenciais para garantir a segurança operacional e a administração espera usá-los por mais de um período. Desta forma, em 31 de dezembro de 2023, o valor contábil do imobilizado correspondente a peças sobressalentes era de R\$ 28.690 (R\$ 29.309 em 2022), totalizando R\$ 396.598 (R\$ 419.111 em 2022) em bens do ativo imobilizado.
- (b) A transferência de R\$ 1.715 (R\$ 3.123 em 2022) é decorrente da reclassificação (líquida) de estoque para o imobilizado dos itens com e sem giro. A análise é feita anualmente (novembro), de acordo com a movimentação ocorrida durante o período dos últimos 12 meses.
- (c) As baixas de peças sobressalentes são para as manutenções corretivas / preventivas das UGs, considerando a programação do O&M. Os itens que apresentam giro têm o seu saldo reclassificado para o estoque (vide item “b”).

Provisão para redução ao valor recuperável

Para todos os períodos apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. A Administração concluiu que como resultado de tal avaliação para todos os períodos apresentados não apontou indicativos de redução no valor recuperável desses ativos, não havendo, portanto, perdas por desvalorização a ser reconhecidas.

Depreciação

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo das vidas úteis utilizando as taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, as quais são revisadas periodicamente e aceitas pelo mercado como uma estimativa adequada para efeitos contábeis e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens, conforme apresentado a seguir:

Itens do imobilizado	Range de depreciação
Edificações	30 anos
Máquinas e equipamentos	15 a 40 anos
Móveis e utensílios	16 anos
Veículos	7 anos

17 - Ativo intangível

	Ref.	Direito de uso de software
Saldos em 1º de janeiro de 2022		365
Adição		5
Amortização	(a)	(264)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		106
Adição		-
Baixas		-
Amortização	(a)	(29)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		77
Custo total		826
Reclassificações		-
Baixas		(17)
Amortização acumulada		(733)
Valor residual		77
Amortização anual - %		20

A Companhia mantém registrado nesta conta a aquisição de licença de softwares.

Direitos de uso de software são licenças de direito de propriedade intelectual, constituídos por gastos realizados com a aquisição das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização produtiva de softwares, desvinculados de equipamentos tangíveis (hardware) e são amortizados de forma linear, de acordo com base na vida útil estimada do software que é de 5 anos.

(a) Em 2022 a amortização no resultado foi deduzida da parcela do Projeto de P&D de Diagnóstico de Falha de Motores (R\$ 234) não representando um custo financeiro para a Companhia.

18 - Fornecedores

	Ref.	2023	2022
Combustíveis e lubrificantes	(a)	2.273	57
Encargos de uso da rede	(b)	3.818	3.048
Wartsila Brasil Ltda	(c)	7.200	2.931
Outros fornecedores		919	764
Total de fornecedores a pagar		14.210	6.800

(a) Aquisição de OCB1, incluindo frete, lubrificantes e diesel destinados a geração de energia elétrica. O prazo médio de liquidação é de 5 dias para os combustíveis e 30 para o frete sobre o OCB1. O aumento em 2023 é decorrente das compras realizadas no final de ano para reposição do estoque devido a geração (em 2022 não houve geração).

- (b) Refere-se ao uso da rede básica e sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias.
- (c) Aquisição de serviço de Operação e Manutenção da planta, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias. O aumento em 2023 é decorrente da provisão para desmobilização prevista no contrato de O&M, sendo apropriado a parcela mensal do ano e o saldo acumulado de agosto/2017 a dezembro/2022 no montante total de R\$ 4.249 (Nota Explicativa nº 29b).

A Companhia não possui operações de “Risco Sacado”, que possibilitam aos fornecedores anteciparem os seus recebíveis com instituição financeira.

19 - Provisão de honorários advocatícios

	2023	2022
Paulo Cesar Pinheiro Advogados	-	12.347
Total de honorários a pagar	-	12.347

Honorários de êxito de 2% sobre o benefício econômico gerado com estimativa de ganho na causa do afastamento das penalidades decorrentes do atraso do início da operação comercial (Nota Explicativa nº 25.2.5). Em 2018, a Companhia avaliou que o montante dos honorários, considerando o benefício econômico gerado, seria de aproximadamente R\$7,8 milhões. Em 2019, a Companhia reavaliou a estimativa e optou por provisionar o valor complementar de R\$ 4,56 milhões, perfazendo o total do montante dos honorários com base nas penalidades contestadas. O processo extinguiu-se em outubro de 2022 com a vitória para a Companhia. Em abril de 2023, foi encerrada a negociação comercial com o escritório, chegando ao montante total de R\$ 24 milhões, pago durante o exercício, sendo o saldo não provisionado de R\$ 11.653 reconhecido em 2023, conforme na Nota Explicativa nº 29f).

20 - Empréstimos, financiamentos e encargos

Instituição financeira	Objetivo	Ref	Juros	Prazos / Vencimento	Circulante		Não circulante	Total	
					Principal	Encargos	Principal	2023	2022
Banco Santander - CCB	Construção UTE	(a)	CDI + 1,80% a.a.	64 meses - 10/11/2026	23.393	3.729	58.483	85.605	110.511
Total					23.393	3.729	58.483	85.605	110.511
Circulante								27.122	28.635
Não circulante								58.483	81.876

A Companhia obteve junto as Instituições Bancárias os contratos dos financiamentos para a construção e operação da usina, inclusive os destinados a capital de giro, cujas condições contratuais são as seguintes:

- (a) Cédula de Crédito Bancário (“CCB”) contratada em agosto de 2021 nas mesmas condições de garantia e vencimento da CCB anterior também contratada junto ao Banco Santander, excetuando-se a taxa de juros mais atrativa para a Companhia, dada as condições do mercado (aumento do CDI e câmbio). A contratação prevê pagamentos semestrais iniciados em fevereiro de 2022. O financiamento tem como garantia os direitos creditórios provenientes da receita fixa do(s) “CCEAR’s”, que serão disponibilizados na Conta Vinculada de titularidade no Banco Santander.

Condições restritivas (*Covenants* e Garantias)

A Companhia não possui contratos de empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas (*Covenants*).

A seguir está apresentada a movimentação dos empréstimos e financiamentos:

	Ref.	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2022		75.664	105.269	180.933
Transferências		23.393	(23.393)	-
Encargos (empréstimos e financiamentos)		16.356	-	16.356
Encargos (conta garantida)		137	-	137
Amortização de principal		(22.794)	-	(22.794)
Amortização de principal (conta garantida)		(47.500)	-	(47.500)
Variação cambial (empréstimos)		(599)	-	(599)
Pagamento de juros e IOF		(15.019)	-	(15.019)
Pagamento de juros e IOF (conta garantida)		(1.003)	-	(1.003)
Saldo em 31 de dezembro de 2022		<u>28.635</u>	<u>81.876</u>	<u>110.511</u>
Saldo em 01 de janeiro de 2023		28.635	81.876	110.511
Ingressos (empréstimos)		-	-	-
Ingressos (conta garantida)		-	-	-
Transferências		23.393	(23.393)	-
Encargos (empréstimos e financiamentos)		14.188	-	14.188
Encargos (conta garantida)		-	-	-
Amortização de principal (empréstimos e financiamentos)		(22.462)	-	(22.462)
Amortização de principal (conta garantida)		-	-	-
Variação cambial (empréstimos)		(931)	-	(931)
Pagamento de juros e IOF (empréstimos e financiamentos)		(15.701)	-	(15.701)
Pagamento de juros e IOF (conta garantida)		-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023		<u>27.122</u>	<u>58.483</u>	<u>85.605</u>

Em 31 de dezembro de 2023, o financiamento (item "a") classificado no passivo não circulante têm seus vencimentos na seguinte composição:

	2023	2022
2024	-	23.393
2025	23.393	23.393
2026	35.090	35.090
	<u>58.483</u>	<u>81.876</u>

Em 2026 há a parcela final do financiamento prevista para o mês de novembro.

21 - Tributos e contribuições sociais

	Ref.	2023	2022
COFINS	(a)	1.575	2.012
PIS	(a)	341	423
INSS	(b)	371	323
CSRF	(b)	268	188
IRRF	(c)	142	210
ISS		143	110
FGTS	(d)	19	27
ICMS		2	-
Total de tributos e contribuições sociais a pagar		<u>2.861</u>	<u>3.293</u>

(a) PIS/COFINS regime não cumulativo sobre receita de operações de energia (Nota Explicativa 28) e sobre receitas financeiras (Nota Explicativa nº 30).

(b) INSS sobre folha e retido na fonte de fornecedores.

(c) Tributos retidos na fonte de fornecedores. Para o IRRF, também está inclusa a parcela sobre folha de pagamento.

(d) ICMS sobre venda de óleo usado e sucata.

21.1 - Passivo fiscal corrente

	2023		
	CSLL	IRPJ	Total
Despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social	14.772	41.027	55.799
Incentivo Sudene (Redução de 75% do IRPJ)	-	(31.615)	(31.615)
Pagamentos por estimativa no ano	(4.843)	(6.264)	(11.107)
Total do passivo fiscal corrente	<u>9.929</u>	<u>3.148</u>	<u>13.077</u>

	2022		
	CSLL	IRPJ	Total
Despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social	13.059	36.683	49.742
Incentivo Sudene (Redução de 75% do IRPJ)	-	(30.726)	(30.726)
Pagamentos por estimativa no ano	(5.303)	(5.957)	(11.260)
Total do passivo fiscal corrente	<u>7.756</u>	<u>-</u>	<u>7.756</u>

21.2 – Conciliação da despesa do Imposto de Renda e da Contribuição Social

A conciliação entre a despesa de Imposto de Renda e de Contribuição Social pelas alíquotas nominal e efetiva está demonstrada a seguir:

	Ref.	2023		2022	
		CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro antes do Imposto de Renda e da Cont. Social		171.775	171.775	177.414	177.414
Alíquota do Imposto de Renda e Contribuição Social	(a)	9%	25%	9%	25%
Imposto de Renda e Contribuição Social		(15.460)	(42.944)	(15.967)	(44.354)
Ajustes ao lucro/b:					
Adições					
Depreciação (diferença taxa ANEEL x RFB)		-	-	(255)	(707)
Provisão de fornecedores	(b)	(382)	(1.062)	-	-
Benefícios a administradores		-	(18)	-	(37)
Outras adições		(159)	(443)	(34)	(96)
		(541)	(1.523)	(289)	(840)
Exclusões					
Juros sobre capital próprio		-	-	2.547	7.074
incentivo fiscal Lei do Bem		57	159	162	451
Reversão provisão honorários advocatícios	(c)	1.111	3.087	-	-
Atualização monetária repetição de indébitos	(d)	61	170	488	1.355
Outras exclusões		-	24	-	23
		1.229	3.440	3.197	8.903
Imposto de Renda e Contribuição Social correntes		(14.772)	(41.027)	(13.059)	(36.683)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos		(729)	(2.025)	255	707
Incentivo fiscal SUDENE		-	31.615	-	30.726
Efeito líquido no resultado		(15.501)	(11.437)	(12.804)	(5.250)

(a) A alíquota do Imposto de Renda não considera a redução do Incentivo Fiscal da SUDENE, sendo a mesma aplicada em linha separada.

(b) Provisão desmobilização contrato de O&M Wartsila (Nota Explicativa nº 18c)

(c) Liquidação honorários PCPC advogados (Nota Explicativa nº 19).

(d) Atualização monetária restituição ICMS sobre compra de OCB1 (Nota Explicativa nº 14a).

21.3 – Conciliação dos impostos fiscais diferidos ativos e passivos

	2023			2022		
	CSLL	IRPJ	Total	CSLL	IRPJ	Total
Ativo						
Prov. honorários advocatícios	-	-	-	12.347	12.347	12.347
Prov. Desmob. contrato O&M	4.249	4.249	4.249	-	-	-
Base cálculo do imposto ativo	4.249	4.249	4.249	12.347	12.347	12.347
Alíquota	9%	25%	34%	9%	25%	34%
Imposto ativo	383	1.062	1.445	1.111	3.087	4.198
Passivo (-)						
Base cálculo do imp. passivo	-	-	-	-	-	-
Alíquota	9%	25%	34%	9%	25%	34%
Imposto passivo	-	-	-	-	-	-
Total Líquido	383	1.062	1.445	1.111	3.087	4.198

A Companhia não possui base de prejuízos fiscais acumulados e por esse motivo não há constituição de ativo fiscal diferido sobre tal rubrica.

22 - P&D e taxas regulatórias

	Ref	2023	2022
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) - projetos	(a)	3.610	8.490
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT)	(b)	316	204
Ministério das Minas e Energia (MME)	(b)	158	102
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)		120	109
Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE)	(b)	95	61
Total de tributos e contribuições sociais a pagar		4.299	8.966
Circulante		3.108	7.499
Não circulante		1.191	1.467

Os encargos setoriais P&D, FNDCT, MME e CDE correspondem a 1% da ROL, conforme regulamentação estabelecida no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento ("PROP&D") da ANEEL e devem ser aplicados em P&D e em eficiência energética, visando financiar o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico, em conformidade com a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000.

Do montante apurado, 40% são destinados ao FNDCT, 20% para o MME e 40% para projetos de pesquisa e desenvolvimento de escolha da Companhia (Nota Explicativa nº 13). A partir de abril de 2021, 30% do montante destinado aos projetos passou a ser recolhido diretamente para o MME através da CDE.

(a) Os gastos realizados com os projetos de P&D em curso estão registrados na rubrica de P&D projetos em andamento, no ativo circulante (Nota Explicativa nº 13). No final dos projetos, o saldo em curso será encerrado contra os recursos do programa destacados acima. O saldo de P&D em curso a investir é demonstrado abaixo:

Saldo de P&D em projetos	2023	2022
(+) Provisão de P&D	3.610	8.490
(-) Projetos em andamento (realizado)	(2.137)	(7.176)
(-) Projetos em andamento (comprometido)	(5.542)	493
(=) Saldo a investir	(4.069)	1.807

(b) Os valores de FNDCT, MME e CDE são recolhidos mensalmente para a Financiadora de Estudos e Projetos ("FINEP"), MME e da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), respectivamente.

23 - Dividendos e juros sobre o capital próprio

23.1 – Juros sobre o capital próprio

Deliberação 2022	Provento	Valor deliberado	Valor por ação ON
RCA de 18 de outubro de 2022	JsCP	28.296	0,20215
AGE de 30 de novembro de 2022		28.296	0,20215

Não houve deliberação (destinação) dos Juros sobre o Capital Próprio ("JCP") no exercício de 2023. O montante deliberado e pago em 2022 produziu os efeitos tributários e de destinação de resultado conforme detalhado na respectiva Demonstração Financeira.

23.2 – Dividendos intermediários

Deliberação 2023	Provento	Valor deliberado	Valor por ação ON
RCA de 01 de novembro de 2023	Dividendos intermediários	80.000	0,57152
AGE de 07 de novembro de 2023		80.000	0,57152
Deliberação 2022	Provento	Valor deliberado	Valor por ação ON
RCA de 18 de outubro de 2022	Dividendos intermediários	80.000	0,57152
AGE de 30 de novembro de 2022		80.000	0,57152

Em novembro de 2023, foi deliberada a distribuição de dividendos intermediários apurados até 30 de setembro de 2023, em conformidade com o art. 30 do Estatuto Social. O pagamento ocorreu dentro do exercício de 2023.

23.3 – Dividendos mínimos e complementares

Abaixo segue demonstrada a base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios:

	2023	2022
Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido ajustado		
Lucro líquido do exercício	144.837	159.360
(-) Reserva legal	-	-
(-) Reserva de incentivo fiscal	(31.615)	(30.726)
(=) Base de Cálculo dos dividendos	113.222	128.634
(x) Percentual conforme Estatuto Social	25%	25%
(=) Dividendos mínimos obrigatórios	<u>28.306</u>	<u>32.159</u>
(-) Parcela já distribuída através de dividendos intermediários e JCP	(28.306)	(32.159)
(=) Saldo a distribuir	<u>-</u>	<u>-</u>
Demonstrativo dos Dividendos mínimos e Juros sobre Capital Próprio:		
Juros sobre capital próprio declarados	-	28.296
Efeito do IRRF para fins de dividendos conforme ICPC 08	-	(4.244)
Dividendos mínimos pagos através de dividendos intermediários	28.306	8.107
Dividendos mínimos complementares obrigatórios	-	-
Total bruto	<u>28.306</u>	<u>32.159</u>

A distribuição (pagamento) dos dividendos mínimos obrigatórios de 2023 já ocorreu dentro do exercício em virtude da distribuição dos dividendos intermediários (Nota Explicativa nº 23.2), não havendo a necessidade de deliberação de aprovação de valores adicionais.

A constituição do saldo excedente aos dividendos mínimos obrigatórios em 31 de dezembro de 2023 é como segue:

	2023	2022
Base de cálculo dos dividendos	113.222	128.634
Dividendos mínimos obrigatórios (bruto de IRRF)	(28.306)	(36.403)
Excedentes aos dividendos mínimos obrigatórios	84.916	92.231
Parcela dos dividendos mínimos paga como intermediários no ano	-	-
Parcela dos dividendos mínimos paga como JCP no ano	-	-
Dividendos intermediários distribuídos no ano	(51.694)	(71.893)
Saldo do excedente aos dividendos mínimos obrigatórios	<u>33.222</u>	<u>20.338</u>

A Diretoria da Companhia irá propor que o montante de R\$ 33.222, excedente aos dividendos mínimos obrigatórios, registrados como dividendos adicionais propostos, seja distribuído integralmente ao longo do exercício de 2024, de acordo com a disponibilidade de caixa da Companhia e futura deliberação dos acionistas em assembleia geral.

A movimentação dos saldos dos dividendos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 está demonstrada a seguir:

	2023	2022
Saldo inicial	-	-
Dividendos complementares do exercício anterior	20.338	51.417
Atualização SELIC sobre dividendos	1.278	1.461
IRRF s/atualização de dividendos	(287)	(329)
Dividendos pagos do exercício anterior	(21.329)	(52.549)
Juros sobre capital próprio pagos	-	(24.052)
Dividendos propostos do exercício	28.306	36.403
Dividendos intermediários declarados no exercício	51.694	71.894
Dividendos mínimos pagos dentro do exercício	(28.306)	(8.107)
Dividendos intermediários pagos dentro do exercício	(51.694)	(71.894)
IRRF s/juros sobre capital próprio	-	(4.244)
Saldo final	-	-

24 - Outras contas a pagar

	Ref.	2023	2022
Estoque de peças em garantia	(a)	4.252	4.621
Provisão de férias e encargos		515	511
P&D imobilizado em serviço		-	-
Outros valores a pagar		553	552
Total de outras contas a pagar		5.320	5.684

(a) Saldo corresponde a contrapartida ao estoque de peças em garantia, conforme Nota Explicativa nº 11(c).

25 - Contingências

A Companhia está exposta às contingências decorrentes de sua operação. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não da constituição de provisão para contingências. Conforme requerido pela norma brasileira de contabilidade CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, quando o risco de perda é provável, é feito provisionamento de 100% do valor devido nessas ações, e para as causas com risco de perda possível não é requerida contabilização, porém devem ser divulgadas em Nota Explicativa.

25.1 – Ações tributárias, cíveis e ambientais (risco provável)

Com base na avaliação de especialistas (advogados internos e externos) e nas condições processuais de cada ação em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não possuía nenhuma ação com risco de perda provável.

25.2 - Ações tributárias e cíveis (risco possível, não constituída provisão)

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia apresentava contingências passivas envolvendo questões tributárias e cíveis avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes de R\$ 14.890 e R\$ 1.277 (2022: R\$ 14.890 e R\$ 1.277), respectivamente.

Abaixo destacamos os processos com valor envolvido de maior relevância, que foram avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco “possível”:

25.2.1 - Ação Ordinária contra União Federal

A Companhia ajuizou a Ação Ordinária nº 0036521-07.2013.4.01.3400, contra a União Federal, para afastar os efeitos da Resolução CNPE nº 03/2013, referente à cobrança dos Encargos de Serviços do Sistema (ESS). A sentença julgou improcedente o pedido da Companhia, que interpôs recurso de Apelação Cível, recebido no efeito suspensivo e pendente de julgamento. Acredita-se que a ação será julgada procedente, portanto, de forma favorável à Companhia. A probabilidade de perda é possível e o valor é inestimável.

25.2.2 - Ação contra a CHESF

A CHESF aplicou penalidades à Companhia, no montante de R\$ 1.277, sob o argumento de inadimplemento contratual por não assinatura tempestiva do Atestado de Recebimento Provisório (ARP). A questão gira em torno de assumir no ARP a obrigação pela doação do imóvel no qual se encontram implantados os *bays* de conexão, obrigação esta que não existe no Contrato de Conexão ao Sistema de Transmissão (CCT) do qual o ARP é um anexo e obrigação subsidiária. Assim, a Companhia ajuizou ação 0051007-04.2017.8.17.2001. Em 2022, houve a perícia técnica, mas ainda não houve a divulgação do laudo pericial. A probabilidade de perda é possível, segundo análise realizada pelo jurídico interno da Companhia

25.2.3 Ação contra União Federal e ANEEL

A Companhia, para assegurar a preferência no recebimento da receita proveniente da recomposição de lastro via liquidação do Mercado de Curto Prazo (“MCP”) junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), ajuizou, na condição de associada da Associação Brasileira de Geradoras Térmicas (“ABRAGET”), a ação ordinária nº 0051048-90.2015.4.01.3400 contra a União Federal e a ANEEL, para que as Rés não transfiram o ônus financeiro de quaisquer decisões judiciais da qual não faça parte, relativa aos efeitos dos atuais valores de *Generation Scalling Factor* (“GSF”) sobre geradores hidrelétricos nas liquidações, já reconhecida por liminar e confirmada por sentença. Eventual revogação da sentença em sede de recurso poderá provocar risco da inadimplência no Mercado de Curto Prazo com o pagamento da receita no Mercado de Longo Prazo, devidamente corrigido conforme a variação do IGP-M do momento que era devido até o seu efetivo pagamento.

25.2.4 Auto de Infração RFB

Em maio de 2021, a Companhia foi autuada pela Receita Federal do Brasil (“RFB”) em decorrência do Mandado de Procedimento Fiscal nº. 04.0.01.00-2020-01410-0 referente a fiscalização de IRPJ e CSLL do ano-calendário de 2018. Os principais pontos do auto de infração estão relacionados ao cálculo do Lucro da Exploração. O valor da autuação foi de R\$19.853, já acrescido dos encargos legais (data-base maio de 2021). A Companhia apresentou impugnação (processo administrativo 11274.720436-2021-58) e em primeira instância obteve êxito na declaração de improcedência de aproximadamente 25% do lançamento original, pendentes de análise de reexame necessário. Em dezembro de 2021, a Companhia ingressou com recurso voluntário para apreciação, em segunda instância, sobre os argumentos de impugnação associados aos valores ainda mantidos e por ela tidos como indevidos. Atualmente, o processo encontra-se aguardando julgamento no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (“CARF”), sendo a probabilidade de perda remota em relação aos valores objeto de reexame necessário (R\$ 4.963) e admitindo-se possível no tocante à parcela objeto de Recurso Voluntário (R\$ 14.890).

25.2.5 Mandado de Segurança ANEEL e CCEE

A Companhia impetrou Mandado de Segurança (processo nº 6981-45.2012.4.01.3400) contra a ANEEL e CCEE para afastar penalidades decorrentes do atraso no início da operação comercial da Usina por fato de terceiro, bem como assegurar o recebimento da Receita Fixa proveniente dos CCEARs durante o período em que se encontrava apta a gerar energia, mas impedida de escoá-la ao SIN. Após concessão de tutela antecipada, prolatadas sentença e acordão, todos favoráveis à Companhia, o processo transitou em julgado em outubro de 2022, com a liquidação dos honorários advocatícios ocorrendo em 2023.

26 - Patrimônio Líquido

26.1 Capital social

O capital social, subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 139.977 em 2023 e 2022 e está representado por 139.977 ações ordinárias, com valor nominal de R\$ 1,00 (hum real) cada uma, conforme demonstrado no quadro a seguir:

	2023 e 2022	
	Ações ordinárias	Valor
Acionistas		
Savana SPE Incorporações Ltda	111.982	111.982
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	27.995	27.995
Capital social	<u>139.977</u>	<u>139.977</u>

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

26.2 – Reservas legal e de lucros

A Companhia já constituiu o montante para Reserva Legal até o limite de 20% do capital social previsto no art. 193 da Lei nº 6.404/76.

A conta de Reserva de Lucros é constituída pelos valores excedentes aos dividendos mínimos obrigatórios e dividendos intermediários e são destinados após deliberação por parte dos acionistas em AGO/E, sendo a sua composição detalhada na Nota Explicativa nº 23.

26.3 – Reserva de incentivo fiscal – Lucro da Exploração

Nos exercícios de 2023 e 2022, a Companhia se beneficiou do incentivo fiscal de redução de 75% do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, apurado com base no Lucro da Exploração, suportado pelos Laudos Constitutivos nº 0024/2023 e 0199/2012, respectivamente, expedidos pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (“SUDENE”), órgão vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Regional.

O benefício foi renovado pela SUDENE (Laudo Constitutivo nº 0024/2023) na modalidade de Modernização Total de Empreendimento em março de 2023 pelo período de 10 anos a contar de 1º de janeiro de 2023 até 31 de dezembro de 2032. Em abril de 2023, o benefício foi homologado pela Receita Federal do Brasil (“RFB”), com a publicação do Ato Declaratório Executivo DRF/NAT nº 97/2023.

Esse incentivo foi creditado ao resultado em contrapartida ao imposto devido para recolhimento. Nos termos da legislação vigente, o valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução do imposto devido não poderá ser distribuído aos acionistas, sendo objeto de constituição de reserva no patrimônio líquido, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social.

	Valores
Saldo acumulado em 1º de janeiro de 2022	237.833
Incentivo fiscal no exercício de 2022	30.726
Saldo acumulado em 31 de dezembro de 2022	<u>268.559</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2023	268.559
Incentivo fiscal no exercício de 2023	31.615
Saldo acumulado em 31 de dezembro de 2023	<u>300.174</u>

27 - Partes relacionadas

a. Remuneração do pessoal-chave da Administração

Em AGE de 10 de março de 2023, a Companhia deliberou o montante global de R\$1.845 de remuneração (sem a inclusão dos encargos legais exigíveis, que são suportados pela Companhia) do pessoal-chave da Administração para o período de janeiro a dezembro 2023.

O montante pago até 31 de dezembro de 2023 foi de R\$1.845 (em 2022 foi de R\$1.895).

b. Outras transações com partes relacionadas

Os valores a pagar (pagos) de Juros sobre Capital Próprio, dividendos mínimos, dividendos intermediários e dividendos adicionais propostos estão detalhados na Nota Explicativa nº 23.

28 - Receita operacional líquida

	Ref.	2023	2022
Receita de operações com energia elétrica			
Receita fixa - disponibilidade	(a)	348.477	328.193
Receita de geração - demanda	(b)	29.069	3.129
Suprimento de energia elétrica		377.546	331.322
Deduções da receita operacional			
(-) PIS / COFINS		(34.924)	(30.647)
(-) Programa de P&D e eficiência energética		(3.392)	(2.977)
(-) Taxa de fiscalização		(1.446)	(1.302)
Total das dedução da receita operacional		(39.762)	(34.926)
Receita operacional líquida		337.784	296.396

(a) A receita fixa é recebida em função da disponibilidade da Companhia para o Sistema Interligado Nacional ("SIN"). A variação é decorrente do reajuste pelo IPCA previsto nos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado ("CCEAR").

(b) Em 2023 a Companhia foi despachada para suprir a alta demanda do SIN provocada pela forte onda de calor no Brasil no último trimestre do ano. Além da carga alta do sistema, ocorrências acidentais em linhas de transmissão e as paradas programadas das usinas Angra I e Angra II do subsistema sudeste também colaboraram para as solicitações de despacho. Em 2022, devido as condições hídricas do SIN, a Companhia não foi chamada a despachar, sendo a geração ocorrida durante o ano para testes e comprovação de disponibilidade das UGs.

29 - Custos e despesas (outras receitas) operacionais

	Ref.	2023	2022
Custo do serviço de energia elétrica			
Combustível para geração de energia elétrica	(a)	(29.196)	(7.475)
Encargos de uso do sistema transmissão		(32.866)	(32.049)
Depreciação e amortização		(21.842)	(21.842)
Serviços de terceiros	(b)	(30.942)	(23.498)
Peças para manutenção	(c)	(6.247)	(15.182)
Seguros		(8.173)	(8.316)
Aluguéis		(2.854)	(2.786)
Material de consumo		(704)	(705)
Taxas e contribuições		(244)	(244)
Energia elétrica		(10)	(27)
		<u>(133.078)</u>	<u>(112.124)</u>
Custo de compra de energia elétrica (lastro)			
Energia elétrica comprada para fornecimento	(d)	(362)	49
		<u>(362)</u>	<u>49</u>
Despesas gerais e administrativas			
Pessoal	(e)	(6.623)	(6.034)
Administradores	(e)	(2.241)	(2.154)
Serviços de terceiros	(f)	(17.743)	(1.704)
Depreciação e amortização		(768)	(717)
Taxas e contribuições		(282)	(891)
Aluguéis		(25)	(12)
Material de consumo		(136)	(123)
Baixa de ativos		-	(89)
Outras despesas		(2.093)	(1.484)
		<u>(29.911)</u>	<u>(13.208)</u>
Outras receitas operacionais			
Peças recebidas em garantia		66	9
Indenizações de seguros	(g)	-	10.618
Venda líquida de óleo usado e sucata		71	225
		<u>137</u>	<u>10.852</u>
Total dos custos e despesas (outras receitas) operacionais		<u>(163.214)</u>	<u>(114.431)</u>

(a) O aumento do custo com OCB1, diesel e lubrificantes em 2023 foi decorrente da geração no último trimestre do ano (Nota Explicativa nº 28b).

(b) Em 2023 a Companhia passou a provisionar a parcela mensal da desmobilização prevista no contrato de O&M, também foi provisionado o saldo acumulado de agosto/2017 a dezembro/2022, perfazendo o montante total de R\$ 4.249 (Nota Explicativa nº 18).

Também em 2023 iniciou-se uma série de manutenções preventivas, destacando-se a recuperação das estruturas dos filtros de ar externos UVA e UVB das casas de máquinas (R\$ 1.657).

- (c) A redução no consumo de peças deve-se a melhoria operacional das UGs, decorrente principalmente das manutenções preventivas (item b).
- (d) As operações de compra de lastro realizadas mensalmente pela Companhia se dão pelo cumprimento das obrigações contratuais firmadas no 5º leilão de energia nova A-5 de 2007, na qual Companhia sagrou-se vencedora. Dentre as várias obrigações contratuais, a entrega da sua garantia física contratual ou lastro contratual determina a necessidade de compra de lastro (Decreto nº 5164/2004, art. 2º, I, §º e art. 3º. §1º e cláusula 5.7 dos CCEARs). A diferença em MWmed da garantia física calculada para a garantia física do leilão (2023: 46,02 MW médios; 2022: 48,575 MW médios) é comprada no Mercado Livre ao Preço de Liquidação das Diferenças (“PLD”) do submercado da oferta nas operações do Mercado de Curto Prazo (MCP) para liquidação na CCEE. O efeito no resultado é decorrente da diferença entre o valor de compra e retorno é decorrente do spread vigente no momento da contratação (valores médios 2023: R\$ 0,99 /MWh; 2022: R\$ 0,48 /MWh).
- (e) A variação no quantitativo de pessoal (-1) e administradores não tiveram impacto relevante, sendo as variações decorrentes de reajustes previstos em acordos coletivos e despesas em geral (ex. plano de saúde).
- (f) A variação em 2023 deve-se substancialmente aos honorários advocatícios ao Paulo Cesar Pinheiro Advogados (R\$ 11.653) no assessoramento jurídico no Mandado de Segurança ANEEL e CCEE (Notas explicativas nº 19 e 25.2.5) e Porangaba e Bacelar Advogados (R\$ 3.250) na restituição ICMS e Auto de Infração RFB. (Notas explicativas nº 14, “a” e 25.2.4).
- (g) Recebimento, em agosto de 2022 (R\$10.445) das indenizações dos sinistros das UGs #08, #10 e #11 ocorridos entre julho e outubro de 2021.

30 - Resultado financeiro, líquido

	Ref.	2023	2022
Receitas financeiras			
Rendimento de aplicações financeiras	(a)	11.935	8.519
Atualização monetária recebimento de clientes		3	345
Variação cambial	(b)	932	1.208
Outras atualizações monetárias	(c)	990	5.422
		<u>13.860</u>	<u>15.494</u>
Despesas financeiras			
Encargos de dívidas	(d)	(14.188)	(16.493)
Atualização monetária	(e)	(1.709)	(2.373)
PIS/COFINS sobre receitas financeiras		(409)	(638)
Variação cambial		(30)	(128)
Outras despesas financeiras		(319)	(413)
		<u>(16.655)</u>	<u>(20.045)</u>
Resultado financeiro		<u>(2.795)</u>	<u>(4.551)</u>

- (a) O aumento dos rendimentos de aplicações financeiras em 2023 em relação ao ano de 2022 é decorrente de um maior montante aplicado e taxas de retorno maiores (Nota Explicativa nº 8).
- (b) Variação cambial sobre operação SWAP do financiamento junto ao Santander (2022: R\$ 599). Em 2022 também está incluída a variação sobre aquisições de peças de reposição (R\$ 609).
- (c) R\$ 310 de saldo negativo de IRPJ 2022 e R\$ 680 do processo de ressarcimento de ICMS sobre compra de OCB1 (Nota Explicativa nº 14). Em 2022 a atualização se refere apenas ao processo do ICMS.
- (d) Menor custo decorrente da redução do saldo da dívida do financiamento do Santander (Nota Explicativa 20).
- (e) O saldo é composto substancialmente por R\$ 1.278 de dividendos complementares (2022: R\$1.461) e R\$ 294 de projetos de P&D (2022: R\$ 416)

31 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A Companhia revisa os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e riscos a eles relacionados.

A Administração da Companhia não identificou diferença relevante entre os valores de mercado e os apresentados nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022, bem como não possui instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco e, também, não efetua aplicações de caráter especulativo.

Os diferentes níveis de hierarquia de valor justo foram definidos da seguinte forma:

Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2 – Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3 – Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

O quadro a seguir apresenta os valores contábeis e justos dos instrumentos financeiros e outros ativos e passivos da Companhia, assim como seu nível de mensuração, em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	Nota	Índice	Mensuração	Nível	2023		2022	
					Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo								
Caixa	8	N/A	(a)	-	161	161	21	21
Aplicações financeiras - CDB	8	CDB	(a)	(2)	29.928	29.928	40.873	40.873
Aplicações financeiras - LF	8	CDB	(a)	(2)	45.848	45.848	4.085	4.085
Aplicações financeiras - Garantia CCG	9	CDI	(a)	(2)	5.297	5.297	4.697	4.697
Aplicações financeiras - Garantia CCT	9	CDI	(a)	(2)	-	-	140	140
Contas a receber	10	N/A	(a)	-	76.719	76.719	44.738	44.738
Outros créditos	14	N/A	(a)	-	377	377	15.416	15.416
Total Ativo					158.330	158.330	109.970	109.970

	Nota	Índice	Mensuração	Nível	2023		2022	
					Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Passivo								
Fornecedores	18	N/A	(a)	-	14.210	14.210	6.800	6.800
Honorários advocatícios	19	N/A	(a)	-	-	-	12.347	12.347
Dividendos e JSCP		Selic	(a)		-	-	-	-
Outras contas a pagar	24	N/A	(a)		5.320	5.320	5.684	5.684
Empréstimo - CCB Santander	20	CDI	(a)	(2)	85.605	85.605	110.511	110.511
Total Passivo					105.135	105.135	135.342	135.342

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

a. Análise de sensibilidade

Em consonância com o CPC 40, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, que no caso da Companhia é representado pela variação das taxas de CDI, segue abaixo simulação do pior cenário dentre os possíveis e comentários:

Instrumentos Financeiros	Exposição	Risco	Redução (Aumento) do índice em				
			10%	15%	20%	25%	Total
Ativos - Não Derivativos	158.330	Alta CDI	11.291	513	513	513	12.830
Passivos - Não Derivativos	(105.135)	Alta CDI	(12.500)	(568)	(568)	(568)	(14.204)
	53.195		(1.209)	(55)	(55)	(55)	(1.374)

O Cenário demonstrado representa o pior cenário dentre os possíveis. Todavia, a Companhia classifica esse cenário como remoto para o próximo ano, pois, mesmo com a tendência de aumento nas taxas de juros, foi possível a renegociação da principal dívida (financiamento junto ao Santander para construção da UTE) em condições mais favoráveis que o contrato anterior.

Os cenários foram projetados considerando a rentabilidade / encargos de cada instrumento financeiro sobre o CDI de 13,04% do ano de 2023.

b. Análise de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade de a Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros não derivativos, considerando principal e juros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Companhia deva liquidar as respectivas obrigações.

	Nota	2023	<3 meses	3-12 meses	1-3 anos	Total
Fornecedores e outras contas a pagar						
Combustíveis e lubrificantes	18	2.273	2.273	-	-	2.273
Encargos de uso da rede	18	3.818	3.818	-	-	3.818
Wartsila Brasil Ltda	18	7.200	2.951	4.249	-	7.200
Outros fornecedores	18	919	919	-	-	919
Total Fornecedores		14.210	9.961	4.249	-	14.210
Empréstimos						
Banco Santander - CCB	20	85.605	15.426	11.697	58.483	85.605
Total Empréstimos		85.605	15.426	11.697	58.483	85.605
Total		99.815	25.387	15.946	58.843	99.815

(i) Comentários referente o saldo para fornecedores:

O pagamento dos fornecedores ocorrerá de acordo com o vencimento, previsto para ocorrer no 1º trimestre de 2024, exceto a provisão para desmobilização do contrato de O&M.

A CCB atual contratada junto ao Santander tem a finalidade de financiamento da construção da Usina, e seguirá o fluxo de pagamentos de acordo com os vencimentos, que tem o prazo até novembro de 2026.

c. Gestão de risco

Os negócios da Companhia compreendem a geração de energia elétrica. A Companhia tem seus principais riscos reportados e monitorados por seu Conselho de Administração. Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como segue:

(i) Risco de taxa de juros:

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou os rendimentos das aplicações financeiras.

O principal financiamento (Banco Santander – CCB) da Companhia é baseado em Operação Swap, porém, pelas projeções da Companhia e da instituição financeira não há previsão da taxa do câmbio (dólar) ultrapassar o limite contratual que implique no pagamento pela Companhia da diferença da variação cambial.

(ii) Risco de crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Entretanto, as regras do ambiente regulatório onde estão firmados os CCEARs com os clientes garantem um histórico de zero de inadimplência.

Nas operações de lastro no MCP, a inadimplência mensal teve uma diminuição devido ao pagamento de passivos do GSF, sendo a última liquidação ocorrida em 10 de janeiro de 2024, referente ao mês de novembro de 2023 e apresentou o percentual de 2,60%. Na liquidação, ocorrida em 10 de janeiro de 2024, esse montante já foi recebido.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

(iii) Risco de liquidez

A Companhia em conformidade com o CPC 40, item 39 realiza análise (item “b”) dos vencimentos de seus valores a pagar não identificado risco de liquidez nos cenários de curto e longo prazo.

(iv) Risco de aceleração de dívidas

A Companhia possui contratos de empréstimos e financiamentos, sem cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas, quando existentes, são monitoradas adequadamente e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

(v) Risco ambiental

A Companhia cumpre aos requisitos legais ambientais incluindo às exigências definidas na Licença de Operação (“LO”), com foco na sustentabilidade do negócio e na preservação do meio ambiente, sendo mandatário o cumprimento das normas ambientais por todos os colaboradores e terceirizados.

Para atendimento às eventuais emergências, a Companhia mantém um Plano de Prevenção e Controle de Emergências (“PPCE”) e possui equipe capacitada para atuar em vazamentos de produtos químicos, queimadas na circunvizinhança, primeiros socorros, bem como possui todos os recursos necessários para uso na mitigação de eventos adversos.

d. Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros

Com relação ao risco de crédito, o histórico de inadimplência das 35 distribuidoras com as quais a Suape Energia firmou os Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEARS é baixo, não havendo histórico de perdas passadas para a Companhia, tendo ocorrido por curtos lapsos temporais face à rigorosa atuação da ANEEL e CCEE junto as mesmas, além da oferta de subsídios do Governo para a perenidade de serviço essencial à população.

A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma, possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado.

32 - Seguros

A Companhia possui cobertura de seguros consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações e que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações. As principais coberturas são:

Riscos	Data da vigência	Importância segurada (em reais)
Responsabilidade Civil Geral	09/01/2022 a 09/01/2024	25.000,00
Responsabilidade Civil Administradores	17/12/2022 a 17/12/2024	40.000,00
Responsabilidade Civil Ambiental	18/09/2024 a 18/09/2024	15.000,00
Riscos Nomeados e Operacionais	15/07/2023 a 15/07/2024	125.000.000,00
Veículos	10/03/2023 a 10/03/2024	100% da tabela FIPE
Veículos	30/09/2023 a 30/09/2024	100% da tabela FIPE
Seguro de vida dos colaboradores	31/03/2023 a 31/03/2024	24x remuneração

33 - Eventos subsequentes

A Administração da Companhia considerou que não houve outros eventos subsequentes à data de encerramento das demonstrações contábeis, ocorridas em 31 de dezembro de 2023 até a data da emissão das referidas demonstrações contábeis.

Conselho de Administração

Enrique José Zaragoza Duena
Conselheiro Presidente

Marcelo Fernandes
Conselheiro

Dean William Moraes Carmeis
Conselheiro

Nelson Ambra Castro Junior
Conselheiro

Fernando Ferraz Marcondes de Souza
Conselheiro

Diretoria

Nelson Ambra Castro Junior
Diretor Presidente

José Faustino da Costa Cândido
Diretor Técnico

Giane Moreira Ferreira
Diretora Administrativa

Alexandre da Silva
Contador
CRC: RJ-070219/O-0-S-PE

* * *